

Mais um ataque cínico ao bolso do povo

Duas Caras aumenta combustível e depois finge que não foi ele



Diesel sobe 14,26% e a gasolina 5,18%. Carestia mata o povo de fome

Na sexta-feira (17), mais um aumento foi anunciado, desta vez de 14,26% para o óleo diesel e 5,18% para a gasolina. Mesmo com o ICMS congelado, o preço do diesel já havia aumentado em 47% até maio. Bolsonaro, responsável por manter o atrelamento dos preços dos combustíveis ao dólar e ao barril

de petróleo, e, por conseguinte, pela alta dos preços, finge que o problema não é dele. Joga a culpa na Petrobrás, mas quem indica os diretores da empresa é ele. Quem está provocando o caos não é a empresa, é ele próprio. Bolsonaro dolariza os preços porque tem medo de mexer. Como diz Lula, “tem o rabo preso com os poderosos”. **P. 3**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Bolsonaro impulsionou crime ao desmontar a fiscalização

O assassinato do indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips no Vale do Javari, Oeste do Amazonas escancara a política de desmonte da

Fundação Nacional do Índio (Funai) para beneficiar garimpeiros, madeiros, narcotraficantes, pescadores e caçadores, que se sentem respaldados pelo

governo brasileiro. Bolsonaro, questionado pela imprensa, afirmou que “duas pessoas em um barco, numa região daquela, completamente selvagem, é

uma aventura que não é recomendável que se faça.” Parece querer atribuir às vítimas a culpa pelo seu desaparecimento. O desaparecimento, tanto

da Funai, quanto do Ibama e do monitoramento por satélite da floresta, foi o respaldo que a criminalidade precisava para crescer na região. **Página 4**

Criminosos da Amazônia têm respaldo político em Brasília”, diz delegado da PF

A entrevista do delegado Alexandre Saraiva, ex-superintendente da Polícia Federal na Amazônia, na terça-feira (14), revelou que o conluio do atual governo brasileiro com os criminosos da região é muito mais grave. As relações entre governistas e garimpeiros e madeiros são intensas. **Página 4**

Greve forte traz para rodoviários de SP aumento salarial: 12,74%

Com a forte adesão dos motoristas à greve dos transportes de São Paulo, o sindicato que representa os motoristas e cobradores de ônibus da capital conquistou um aumento salarial de 12,47% retroativo a maio. **Página 5**

“Washington levou conflito à Europa ao expandir Otan”, diz governo chinês

“Enquanto os EUA pediram uma luta ‘até o último ucraniano’ e colocaram mais lenha na fogueira, a China ‘promoveu ativamente as negociações de paz’”, afirmou o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Wang Wenbin. **Pág. 6**



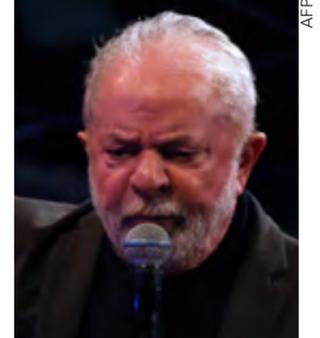
Colômbia elege Petro e Francia para combater a fome e crescer

“Hoje é um dia de festa para o povo colombiano. Que festeje a primeira vitória popular. Que tantos sofrimentos se amorteçam na alegria que hoje inunda o coração da Pátria”, declarou o candidato

Gustavo Petro da coalizão Pacto Histórico ao saber da vitória no segundo turno que o tornou presidente eleito da Colômbia. A chapa Gustavo Petro/Francia Márquez (foto) obteve 50,44% dos votos

válidos (11.281.002), 3,13% a mais do que os 47,31% votos ao candidato direitista Rodolfo Hernández (que já se pronunciou admirador de Hitler). Petro enfrentou uma das formações de direita mais

apodrecidas do continente com Iván Duque na Presidência que desconheceu os acordos de paz em um processo de recrudescimento das chacinas de líderes sindicais, populares e camponeses. **Página 6**



“O Brasil precisa e vai retomar o investimento público”, diz Lula

O ex-presidente Lula afirmou, em Sergipe, que é necessário “reunir forças para recuperar o estrago que foi feito no país”. “O Brasil precisa de investimentos públicos em infraestrutura, em saneamento básico, em ferrovias, em rodovias, em moradias populares”, apontou. “Quando o governo investe, os empresários investem”, a “roda gigante da economia começa a girar”, disse. **Página 3**

Para Ciro Gomes, governo Bolsonaro dá sinais de que entrou em colapso

“Ele agora virou oposição de si mesmo, se não for a demonstração final de que o colapso do governo é absoluto, é total, de que o piloto sumiu, eu não sei mais o que seria”, afirmou o ex-governador Ciro Gomes, pré-candidato do PDT à Presidência da República. **Página 3**

Equatorianos se levantam contra alta de combustível

66 milhões de brasileiros não conseguem pagar as contas

Número é o maior desde 2016. Além das dívidas com bancos, população já não consegue pagar água, luz e o gás de cozinha

Inflação, juros altos, desemprego elevado e estagnação econômica levaram mais de 2 milhões de brasileiros para a inadimplência desde o início de 2022. Segundo pesquisa mensal da Serasa Experian, divulgada nesta sexta-feira (17), o número de pessoas que não conseguiram pagar suas contas bateu um novo recorde em abril, passando para 66,1 milhões de inadimplentes – o maior da série histórica iniciada em 2016.

Com as rendas cada vez mais pressionadas, só muito pouco para colocar comida na mesa e pagar as contas. A inflação de dois dígitos há praticamente um ano atinge sobretudo os alimentos. Atualmente, os trabalhadores empenham quase 60% do salário mínimo para adquirir uma cesta básica.

De acordo com o Serasa, a maior parte das dívidas não pagas são aquelas contraídas com os bancos através do cartão de crédito: 28,1% dos débitos. Os juros do cartão, acompanhando a taxa básica (Selic) estipulada pelo próprio governo, é de mais de 300% ao ano.

O destaque da pesquisa é a parcela de brasileiros deixando de pagar até mesmo as contas básicas: 22,9% das dívidas. Ou seja, a gravidade da situação econômica é tamanha que as famílias estão correndo o risco de ficar sem acesso aos serviços básicos de água, luz e gás.

Depois vem as dívidas não pagas com as Financieiras, com 12,4% de participação nos casos de inadimplência.

Em abril, a soma das dívidas chegou a R\$ 271,6 bilhões.

Renda dos mais pobres não passa de R\$ 303 nas regiões metropolitanas, segundo estudo

A renda média dos brasileiros mais pobres, nas regiões metropolitanas do país, não passa de R\$ 303 por pessoa, por mês. Um quarto do salário mínimo vigente de R\$ 1.212,00. Eles representam 25,2% da população total dessas regiões no primeiro trimestre deste ano. No início do governo Bolsonaro o percentual era de 23,2%.

Em números absolutos, o número de pessoas com rendimentos muito baixos, em situação de vulnerabilidade social nas metrópoles, subiu para 21,1 milhões neste primeiro trimestre no conjunto das metrópoles.

Entre os 40% mais pobres, a renda média domiciliar per capita proveniente do trabalho é de R\$ 240,79.

Com a economia estagnada, no primeiro trimestre de 2020, o número aumentou para 23,5% e, durante a pandemia, chegou a 27,9% no primeiro trimestre de 2021. Durante a ano passado houve um pequeno recuo e o número de brasileiros mais pobres representavam 23,6% no quarto trimestre de 2021 da população total das 22 regiões metropolitanas consideradas. No primeiro trimestre deste ano essas pessoas vivendo na miséria voltou a subir, registrando os 25,2%.

Os dados estão na oitava edição do boletim Desigualdade nas Metrópoles. O estudo foi produzido por pesquisadores da PUC-RS, do Observatório das Metrópoles e da Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL), a partir dos dados da PNAS Contínua do IBGE e divulgados pelo G1 nesta quinta-feira (16).

O menor percentual da série, iniciada em 2012, foi no 4º trimestre de 2013, quanto um contingente de 17,2% da população das regiões metropolitanas estava na condição de mais pobres.

A diferença entre o menor percentual e o registrado agora é de oito pontos percentuais, não por coincidência atravessando o período do final de 2014 até o início de 2019, em recessão ou “andando de lado”. Agora em 2022 os 25,2% revelado pelo estudo estão ainda 3,6 pontos percentuais acima do percentual pré-pandemia, mas o ministro Guedes, em campanha aberta para reeleição de Bolsonaro, garante que a economia do país está de “vento em popa”.

O impacto do desemprego de quase 12 milhões, a queda na renda, a inflação descontrolada, o aumento dos juros impedindo investimento e consumo, são cruéis e, além dos números estonteadores, mais ainda são as imagens nos aglomerados urbanos com o número crescente de famílias morando nas ruas, mal acampadas nelas, depois de passar por esses males e o despejo.

Com Bolsonaro, a fome explodiu no país, com 33 milhões de brasileiros sem comida. Em



Foto: Fernando Fração/Agência Brasil

2018, eram 10 milhões.

O estudo estima em mais 80 milhões de brasileiros a população nas 22 principais regiões metropolitanas do país, o que significa aproximadamente 41% da população brasileira.

DRAMA SOCIAL: 1,8 MILHÕES DE CRIANÇAS EM VULNERABILIDADE

Outro dado ainda mais preocupante é que a taxa de vulnerabilidade social nas metrópoles subiu para 29,2%, voltando a se aproximar do patamar próximo ao registrado no auge da pandemia: 32,2%.

No 1º trimestre de 2022, 1,8 milhões de crianças viviam em lares com rendimentos do trabalho inferiores a ¼ do salário-mínimo per capita. “É um número maior que o da população total de Regiões Metropolitanas como Natal, João Pessoa, Maceió ou Florianópolis”, destaca o relatório.

“As famílias com rendimento domiciliar per capita abaixo de um quarto salário mínimo tendem a ter um número de crianças maior na composição a composição familiar. É um drama social principalmente por se tratar de crianças de até 5 anos, na medida em que a renda é fundamental para garantir condições de alimentação e desenvolvimento humano e cognitivo. Estamos comprometendo uma geração, com consequências mais adiante no processo de entrada no mercado de trabalho”, assinala Marcelo Ribeiro, coordenador da pesquisa e professor do IPPUR/UFRJ.

Em 12 das 22 regiões metropolitanas do país, o percentual de indivíduos vivendo em lares com rendimento per capita de no máximo R\$ 303 ficou acima de 30%. As maiores proporções foram registradas nas regiões de João Pessoa (39,6%), Recife (39,4%) e de Maceió (37,3%), e as menores nas regiões de Goiânia (17,8%), Curitiba (16,8%) e Florianópolis (16,1%).



Rafael Cervone é vice-presidente da Fiesp “Selic exagerada é uma irresponsabilidade perante a população brasileira”, afirma diretor da Fiesp

O setor produtivo condenou mais um aumento de juros pelo Banco Central na quarta-feira (15), elevando a taxa básica de juros (Selic) para 13,25%. Foi a décima primeira elevação consecutiva da Selic, o maior nível desde janeiro de 2017, quando estava em 13,75% ao ano.

O presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) e 1º vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Rafael Cervone, considerou a “Selic exagerada”.

“A Selic exagerada, no presente cenário de dificuldades, representa uma estratégia monetária irresponsável perante a população brasileira, cuja prioridade é a criação de empregos, o aumento dos investimentos e a retomada do crescimento econômico”, afirmou. Para Cervone, o problema é ainda mais grave se considerado o fato de que a escalada dos juros desde 2021 não está contendo a inflação.

O dirigente da Ciesp considerou também que é na oferta de crédito já se percebem os impactos desse forte aperto monetário, como é o caso da concessão de empréstimo pessoal e do financiamento imobiliário. Segundo ele, refletindo essa “ação descabida” da política monetária, as expectativas para a atividade econômica no segundo semestre e para 2023 não são positivas.

“Isso é péssimo para um país com cerca de 11 milhões de desempregados, que já vinha exibindo baixo crescimento antes da pandemia e que precisa conquistar aumento expressivo do PIB para reverter a preocupante expansão do contingente de habitantes abaixo da linha da miséria”, declarou o presidente da Ciesp.

CNI: DECISÃO EQUIVOCADA QUE TRARÁ QUEDA DO CONSUMO, DA PRODUÇÃO E DO EMPREGO

Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) considerou “equivocada” a decisão de elevar a Selic para 13,25% ao ano. A taxa básica de juros vem sendo elevada desde março de 2021 e, desde dezembro, a taxa real se encontra em patamar que inibe a atividade econômica, diz a entidade.

“Este aumento adicional da taxa de juros no momento é desnecessário para o controle da inflação e trará custos adicionais à economia, como queda do consumo, da produção e do emprego”, afirmou o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

De acordo com a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), o aumento dos juros “sacrifica ainda mais a atividade econômica, que já dá claros sinais de fraqueza”. “O setor produtivo brasileiro ainda convive com os efeitos da alta dos custos de produção e a população sofre com a deterioração da renda”, diz a entidade em nota.

PREJUDICA INVESTIMENTOS E VENDAS

Para o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH), Marcelo de Souza e Silva, “o impacto no comércio também pode ser negativo, pois o crédito junto aos bancos ficará mais caro para lojistas e empresários. Nessa situação, o comerciante precisa repassar a diferença para o consumidor. Isso se torna um efeito dominó onde produtividade, investimentos, consumo e vendas são simultaneamente prejudicados”.

“Os reflexos podem ser baixa produtividade, alta inflação, desemprego e diminuição da renda em circulação” destacou o presidente.



Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

Com renda em queda e carestia, milhões estão endividados com bancos

“Quem sobe a gasolina é Bolsonaro. Culpar ICMS é uma grande mentira”, diz ex-governador

O governo deliberadamente cortou os investimentos em refino. Deixou as refinarias serem sucateadas e iniciou o processo de privatização. Todos os diretores indicados por Bolsonaro votaram pelos aumentos da gasolina e do diesel. Ex-governador do Piauí Wellington Dias denunciou o engodo

A insistência de Bolsonaro em culpar o ICMS pelos aumentos de combustíveis “é uma grande mentira”. A frase é do ex-governador do Piauí, Wellington Dias (PT). “A medida pode até baratear o combustível alguns centavos por um certo tempo, mas depois, com a dolarização e a paridade com preços de importação, volta a subir”, explica. Culpar a Petrobrás, como se não fosse ele Bolsonaro o responsável pela indicação de seus diretores, é outra farsa grotesca.

CONTROLE DA PETROBRÁS E DO GOVERNO

Bolsonaro e seus ministros privatistas sabem muito bem que o governo tem o controle majoritário da Petrobrás e poderia alterar algumas diretrizes da empresa, entre elas a política de preços. “Abrasilairar” os preços, como diz Lula. Mas ele não toma nenhuma decisão. Outra coisa que poderia ser feita, por exemplo, seria a determinação de que a empresa invista uma parte maior de seu lucro em refino dentro do país. Atualmente, quase 100% do lucro da estatal está indo para os pagamentos de dividendos aos acionistas, na sua maioria investidores da Bolsa de Nova Iorque.

O Brasil era autossuficiente na produção de derivados. A construção do parque de refino do país vem desde a época de Getúlio. A capacidade de refinar da Petrobrás estava em cerca de 2,3 milhões de barris diários e o consumo estava também nesta mesma faixa, segundo os dados oficiais. O governo deliberadamente cortou os investimentos em refino. Deixou as refinarias serem sucateadas e iniciou o processo de privatização.

A decisão de destruir a produção interna de derivados já provocou logo no início uma ociosidade de 25% nas refinarias brasileiras. O resultado foi o aumento das despesas com importação. O principal argumento para não investir nas refinarias era abrir espaço para a iniciativa privada. Diziam que, ao vender as refinarias, os preços baixariam. Essa conversa caiu por terra logo na primeira privatização. A RLAM, uma das maiores refinarias da Petrobrás, agora nas mãos de um grupo de especuladores árabes, cobra pelos derivados o preço mais caro entre todas as outras refinarias do país.

SABOTAGEM CRIMINOSA AS REFINARIAS BRASILEIRAS

Esta sabotagem criminosa do governo Bolsonaro às refinarias brasileiras levou a que empresas americanas passassem a exportar os derivados de petróleo para o país. Hoje 20% do consumo interno de combustíveis está sendo abastecido com importações, a maior parte delas vindas dos Estados Unidos.



Wellington Dias

Com Bolsonaro, passamos de US\$ 7,3 bilhões em 2020 em compras externas de combustíveis para US\$ 13,4 bilhões em 2021. A maior parte dessas compras está sendo feita das empresas petrolíferas e refinarias americanas.

Nessa situação de dependência de derivados, os importadores, que representam as multinacionais, de quem elas importam, ficam com a faca e o queijo na mão para chantagear a sociedade e impor seus preços abusivos. A (Abicom) Associação dos Importadores de Combustíveis se utiliza desta situação de dependência criada pelo governo para chantagear o país pela elevação dos preços. É, para atingir os seus objetivos, ela usa os espaços de mídia para ameaçar o o desabastecimento.

A Abicom exige que os preços praticados dentro do Brasil sejam os mesmos que eles pagam para importar, mesmo que 80% dos derivados sejam produzidos pela Petrobrás dentro do país a um preço muito menor. Ou seja, a Petrobrás é obrigada a cobrar como se estivesse importando tudo.

Quem está sendo protegido por Bolsonaro e está ganhando muito dinheiro com isso, além dos importadores, são os acionistas da Petrobrás, hoje majoritariamente privados e estrangeiros. A direção da empresa, nomeada pelo governo, está designando o praticamente todo o lucro da empresa para eles, sem investir mais nada – no ano passado a empresa lucrou R\$ 106 bilhões e pagou R\$ 101 bilhões em dividendos.

DIVIDENDOS BILIONÁRIOS

Por isso, eles não admitem abrir mão dos preços extorsivos que estão sendo pagos pela população. Fazem isso porque, com essa política, estão enchendo as burras de dinheiro.

Bolsonaro não muda a política de preços abusivos porque tem o rabo preso com esses setores, como disse esta semana o ex-presidente Lula, em sua viagem pelo Nordeste. Ele finge que está contra os aumentos da gasolina, mas seus indicados no Conselho de Administração da Petrobrás votaram todos a favor

dos aumentos.

Faz um jogo de cena para tentar se esquivar do desgaste político, que é cada vez maior, com a explosão de preços. Mas é só jogo de cena, medidas concretas, nenhuma. Assim como culpar o ICMS, que está congelado, pelos aumentos, não passa de uma outra farsa, como disse Wellington Dias. Já são seis meses em que o ICMS esta congelado e já houve quatro aumentos da gasolina e três de diesel só este ano. Os últimos foram neste fim de semana, levando a gasolina para mais de R\$ 8 o litro.

“Retiraram a Cide [Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico] em 2017, naquela greve dos caminhoneiros, receitas que garantiram por anos e anos preços adequados para combustíveis e manutenção da malha rodoviária. Disseram que ia cair o preço dos combustíveis... Preços caíram? Não. Dobraram rapidamente de valor. E a burraqueira de lá para cá só cresce nas rodovias”, denunciou o ex-governador do Piauí.

TAXAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

Se o governo tivesse alguma seriedade em suas ações, daria apoio aos projetos que tramitam no Congresso Nacional e que enfrentam o problema da volatilidade dos preços internacionais criando um fundo de estabilização para fazer frear as variações e suas repercussões no Brasil. Ao invés de fazer isso, o governo insiste em estrangular as verbas da Saúde e Educação, cortando o ICMS, principal imposto estadual responsável pelos recursos para atender estes setores.

Os recursos deste fundo de estabilização poderiam vir, por exemplo, da taxação da exportação de petróleo bruto – hoje totalmente isentos – com alíquotas crescentes a partir de um determinado preço do barril no mercado internacional. Isto viabilizaria não só o fundo de estabilização, mas também os recursos para os investimentos em refino que se tornariam mais atraentes frente aos altos ganhos obtidos com a exportação de óleo bruto.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 011 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Senadora Simone Tebet (MDB-MS)

“Quem quer resolve, quem não quer joga a culpa nos outros”, diz Tebet sobre alta dos combustíveis

A senadora Simone Tebet (MS), pré-candidata à Presidência pelo MDB e formalmente apoiada pelo PSDB e Cidadania, fez duras críticas à gestão de Jair Bolsonaro por conta da alta nos preços dos combustíveis, depois de mais um aumento anunciado pela Petrobrás.

“Quem quer, resolve. Quem não quer, joga a culpa nos outros”, escreveu Tebet nesta sexta-feira (17) em sua conta no Twitter.

Na avaliação da senadora, há mais de uma resposta para o problema do aumento no preço dos combustíveis e a questão envolve a falta de liderança entre os atores federais. Ela lembrou que a Constituição dá diversas opções para que os gestores possam lidar com a alta nos preços.

“A Constituição Federal dá saídas, no plural, para diminuir o preço dos combustíveis em situações excepcionais como agora, criando-se crédito extraordinário ou usando os dividendos da União”, observou.

Outra solução apresentada pela parlamentar é o subsídio a motoristas que usam diesel para trabalhar, como os caminhoneiros autônomos, e para os consumidores de gás de cozinha, que veem os preços também aumentando.

“Isso, sim, ajudaria a termos combustível a preços compatíveis, mesmo quando houver escassez internacional. Claro, tudo com transparência, respeito aos contratos e sem corrupção”, disse.

Em vídeo publicado também no Twitter, a senadora recupera trecho de uma entrevista na qual diz ser contrária à privatização da Petrobrás.

A empresa anunciou nesta sexta mais um reajuste nos preços do diesel e da gasolina. O valor da gasolina passará de R\$ 3,86 para R\$ 4,06 por litro. Já o do diesel passará de R\$ 4,91 para R\$ 5,61 por litro. Os preços do GLP (gás liquefeito de petróleo) não serão alterados.

Jair sobe preço do combustível e finge que não tem nada com isso



Fotomontagem HP

É Jair Bolsonaro quem mantém os preços dos combustíveis dolarizados
Lula em Sergipe: “Brasil precisa e vai retomar os investimentos públicos”

O ex-presidente Lula afirmou, neste sábado (18), em Sergipe, que é necessário “reunir forças para recuperar o estrago que foi feito no país”. “O Brasil precisa de investimentos públicos em infraestrutura, em saneamento básico, em ferrovias, em rodovias, em moradias populares”, apontou o presidente, destacando o papel fundamental do Estado em todos esses projetos.

“Nós vamos recuperar a economia do Brasil e, para isso, vamos unir todas as forças que querem participar de um projeto para tornar o Brasil um país desenvolvido, justo e solidário. Esta é uma tarefa que não pode ser feita sozinho. Todos os democratas serão chamados a colaborar”, afirmou Lula.

Centro de Convenções de Sergipe ficou lotado (reprodução)

“Quando o governo investe, os empresários investem, as pessoas começam a consumir e a roda gigante da economia começa a girar”, acrescentou o ex-presidente, para uma plateia de milhares de pessoas que lotaram o Centro de Convenções de Sergipe, em Aracaju, neste sábado (18).

ALCKMIN: BOZO NÃO ESTÁ DESCONFIADO DA URNA E SIM DO VOTO DO POVO

O ex-governador Geraldo Alckmin (PSB), pré-candidato a vice-presidente, discursou antes de Lula e chamou a atenção para o medo que Bolsonaro tem das urnas. “Ele não está desconfiado da urna eletrônica, ele não confia é no voto do povo, porque ele sabe que não merece um segundo mandato”, disse o pré-candidato a

vice de Lula. “Perguntei ao Rogério qual era sua proposta e ele me disse emprego, emprego, renda e desenvolvimento. ‘O desenvolvimento é o novo nome da paz’, disse o papa”, acrescentou. Participaram também o pré-candidato ao governo do Estado, senador Rogério Correa, deputados, senadores, lideranças locais e presidentes nacionais dos partidos da coligação, entre elas, Luciana Santos, do PCdoB e Gleisi Hoffmann, presidente nacional do PT, reforçou a unidade e saudou os sete partidos que fazem parte da federação e da coligação em torno da candidatura de Lula e Alckmin. Ela frisou que “num local como este não cabe vaias, porque neste palanque está quem vai derrotar Bolsonaro.”

LUCIANA SANTOS: ELES VESTEM VERDE E AMARELO MAS SÃO OS MAIORES ENTRE-GUISTAS DE NOSSA HISTÓRIA

A presidente nacional do PCdoB, Luciana Santos, vice-governadora de Pernambuco, lembrou o que disse Barbosa Lima Sobrinho, de que no Brasil tem dois partidos, o de Tiradentes e o de Silvério dos Reis, delator da Inconfidência Mineira.

“Tem um lado, no Brasil, que se chama bolsonarismo. Eles vestem o verde e amarelo, mas são os maiores entreguistas da história brasileira”, denunciou Luciana. “São os vende-Pátria. Venderam a Eletrobrás, desmontaram as refinarias e agora anunciam vender a nossa valiosa Petrobrás”, prosseguiu.

Lula e Alckmin junto com os pré-candidatos locais (reprodução)

“O lado do bolsonarismo é o lado da fome. Nós voltamos à pior situação que o país pode viver que é o mapa da fome, coisa que nós já tínhamos superado. Na

pior pandemia de nossa história, o presidente se comportou como aliado do vírus, debochou sobre a Covid, negou respirador, negou vacina, mas nós estamos aqui para dizer que ele está com os dias contados”, destacou a vice-governadora.

GLEISI DEFENDEU A UNIDADE: AQUI ESTÃO OS QUE VÃO DERROTAR BOLSONARO

Gleisi Hoffmann, presidente nacional do PT, reforçou a unidade e saudou os sete partidos que fazem parte da federação e da coligação em torno da candidatura de Lula e Alckmin. Ela frisou que “num local como este não cabe vaias, porque neste palanque está quem vai derrotar Bolsonaro.”

Discursaram também Reinaldo Nunes, presidente estadual do PV, Sonia Pereira, do PSOL, Vovó Monteiro, do Solidariedade, Eliane Aquino, vice-governadora de Sergipe, o deputado federal Márcio Macedo, o senador da Bahia Jaques Wagner e Valadares Filho pré-candidato ao senado.

Valadares comemorou a aliança com Rogério e com Lula. “Me sinto feliz em estar de volta nesta aliança que tanto já fez por Sergipe”, disse Valadares. Rogério Correa, pré-candidato a governador, denunciou o desmonte da Petrobrás em seu estado. Falou da produção de petróleo que pode, segundo ele, chegar a 300 mil barris dia. Falou também do potencial de gás, que pode chegar a uma produção de 8 milhões de metros cúbicos. Ele denunciou ainda o fechamento da fábrica de fertilizantes de Sergipe que poderia abastecer metade do consumo brasileiro.

“O governo Bolsonaro dá sinais de que entrou em colapso”, aponta Ciro Gomes

Para o ex-governador Ciro Gomes, pré-candidato do PDT à Presidência da República, há sinais claros de que o governo Bolsonaro entrou em colapso. “Esta sexta-feira mandou para nós sinais absolutamente explosivos de que o governo brasileiro entrou em colapso. Eu estou me referindo a este absurdo crime criminoso aumento da Petrobrás”, disse Ciro.

“Meteram nas costas de quem consome óleo diesel mais de 14% de aumento de uma pancada, e de todos os que consomem gasolina, quase 5% de aumento. Eu não sei onde Bolsonaro está com a cabeça e, francamente, eu não sei como é que o nosso povo vai aguentar sem se rebelar”, prosseguiu Ciro.

Ele explicou que “isso se espalha para o preço de tudo. Isso impede uma senhora e um senhor da periferia do Brasil de usar o gás de cozinha. Isso explode com a vida dos taxistas, dos caminhoneiros e os motoristas de aplicati-

vos”. O ex-governador destacou que esse aumento “desmonta o custo da comida, porque o frete, que é referido a óleo diesel, vai impactar o preço de tudo”. “E o governo, produzindo inflação, ataca a inflação com taxa de juros que já está levando a economia brasileira para o vinagre”, denunciou.

“Sessenta e cinco milhões de pessoas humilhadas no SPC, e tome aumento de juros”, denunciou. “O que o Bolsonaro está propondo é inacreditável. Ele está propondo uma CPI. Bolsonaro agora virou oposição de si mesmo, se não for a demonstração final de que o colapso do governo é absoluto, é total, de que o piloto sumiu, eu não sei mais o que seria”, acrescentou o pré-candidato do PDT.

“Uma CPI é um instrumento da oposição, como aquela que descobriu que estavam roubando nas vacinas que faltaram ao povo brasileiro. O Bolsonaro está pedindo uma CPI contra o seu próprio

governo, para fazer de conta, como um grande palhaço circense em que se transformou, de mau gosto, porque um bom palhaço circense é uma coisa eu dou muito valor. Se transformou nisso para enganar as pessoas”, prosseguiu Ciro.

Para Ciro, “isso não vai ser resolvido com CPI, com enganação”. “Bolsonaro sai, renuncia e entrega o poder. Porque basta uma decisão para resolver o problema dos preços dos combustíveis”, recomendou o pedetista.

“A determinação da PPI, que dá essa loucura de aumentos e que vinculou os preços dos derivados produzidos no Brasil ao dólar no estrangeiro, como se o Brasil não fosse autossuficiente e não tivesse até excedente para exportar, foi uma canetada do Michel Temer para atender ao acionista minoritário”, destacou. “E disso que se trata. Você, Bolsonaro, faz esse teatro de mau gosto porque se vendeu”, apontou o ex-governador.

Joga a culpa na Petrobrás, mas quem indica os diretores da empresa é ele. Quem está provocando o caos é ele próprio, com sua política econômica desastrosa, não a estatal

A diretoria da Petrobrás anunciou nesta sexta-feira (17) mais um aumento, desta vez de 14,26% para o óleo diesel e 5,18% para a gasolina. Mesmo com o ICMS congelado, a Petrobrás já havia aumentado em 47% até maio o preço do diesel. Jair Bolsonaro, responsável pelo atrelamento dos preços dos combustíveis ao dólar e ao barril de petróleo, e, por conseguinte, pela alta dos preços, finge que o problema não é dele.

Mas a culpa pela escalada de preços é do Planalto e de mais ninguém. Não adianta dizer que a Petrobrás vai provocar o caos, que os aumentos visam atingir o governo e outros subterfúgios para justificar a inflação fora de controle.

Quem está provocando o caos é o próprio Bolsonaro e sua política econômica desastrosa. E ele que mantém tudo dolarizado – não só os combustíveis mas também alimentos – e obriga a Petrobrás a cobrar a gasolina dos brasileiros em dólar.

E Bolsonaro que, além de aumentar os preços de combustíveis, da energia elétrica e dos alimentos, faz disparar a inflação. E é ele, também, que aumenta os juros e estrangula ainda mais as atividades produtivas do país.

Indiferente aos problemas do país e da população, ele mantém essa política criminoso só para agradar os importadores de combustíveis e para enriquecer os acionistas estrangeiros da Petrobrás. Esses grupos estão ganhando bilhões, enquanto o povo é esfolado com preços extorsivos. E ele que indica os diretores da empresa, pois o governo é o acionista majoritário da Petrobrás.

Pode tomar decisões e não toma. Não faz o que tem que ser feito porque, como diz o ex-presidente Lula, líder nas pesquisas eleitorais, tem o rabo preso com os magnatas que mandam neste governo.

Bolsonaro faz um jogo de duas caras porque ele acha que pode enganar os eleitores brasileiros. Eleitores estes que estão cada vez mais injuriados com os aumentos de preços e com o seu desgoverno como um todo. Ele libera os aumentos e, ao mesmo tempo, finge que não tem nada com isso, que a culpa é dos outros. Joga nas costas da Petrobrás, mas o responsável é ele. Faz isso também para desgastar a imagem da empresa pública junto à população. Seu

Trapaça de Mendonça no STF sangra Saúde e Educação para manter gasolina em dólar

O ministro André Mendonça do Supremo Tribunal Federal, em decisão monocrática, estendeu a cobrança do ICMS do diesel cobrado pelos Estados para todos os combustíveis na sexta-feira (17), se aproveitando de uma nova ação impetrada pelo governo Bolsonaro, através da AGU, que não estava sob sua relatoria, num fato inédito, causando mal-estar na Corte.

Na sexta-feira (17), o ministro que assumiu a cadeira no Supremo por indicação de Jair Bolsonaro, decidiu que, a partir de 1º de julho, os Estados determinem a base de cálculo dos preços dos combustíveis, sobre a qual devem ser aplicadas as novas alíquotas fixas de 17% ou 18% do ICMS, a partir do valor médio dos produtos nos últimos 60 meses.

A Advocacia-Geral da União (AGU) entrou, na terça-feira (14), com uma ação no STF questionando a conduta dos Estados na regulamentação da alíquota única de ICMS sobre o diesel, aprovada pelo Congresso Nacional. Cabe observar que a questão não é de caráter constitucional, nem deveria ser encaminhada ao Supremo, cuja competência exclusiva é dessa ordem.

O governo pediu ao Supremo que a petição fosse distribuída para Mendonça, em razão de outra ação sobre ICMS que está com ele, haveria nesse caso a chamada prevenção. O ministro Luiz Fux, presidente do STF, encaminhou a escolha do relator da ação por meio de sorteio e assim ela foi distribuída para o ministro Gilmar Mendes.

Na ação que Mendonça é relator, apresentada em maio, o governo federal questiona o ICMS

plano é privatizá-la. Foi isso que ele prometeu a Joe Biden em sua visita aos EUA. Acabou de abrir mão da parte do governo na partilha do pré-sal.

A privatização da Petrobrás não é solução para nada. Pelo contrário. É só comparar os preços dos combustíveis cobrados pela refinaria da Bahia, a RLAM, que foi privatizada pelo governo Bolsonaro e foi comprada pelo Fundo Mubadala, um fundo especulativo dos Emirados Árabes Unidos, para ver que a privatização é muito pior.

Os preços dos combustíveis vendidos pela refinaria privatizada são os mais caros do país. E mais: a nova empresa, além de cobrar os preços mais altos do país, não garante o fornecimento de óleo combustível para os navios da região, coisa que a refinaria pública fazia.

Ao invés de enfrentar o problema de frente a abraçá-lo, os preços dos combustíveis, afinal, os custos de produção da Petrobrás são muito baixos e ela poderia cobrar metade dos preços que é obrigada pelo governo a cobrar pelo diesel e a gasolina e, mesmo assim obteria uma taxa de lucro de mais de 100%.

Esses cálculos que mostram que os preços podiam ser muito menores foram feitos tanto por Fernando Siqueira, diretor da Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobrás) como por Paulo César Lima, ex-consultor do Senado. Para Bolsonaro, é mais fácil mentir, fingir que não é com ele, e vender a Petrobrás aos americanos, seu objetivo maior.

“O custo de extração do petróleo está em cinco dólares o barril – custo de extração e extrair todos os demais custos”, explica. “O custo de produção está entre 25 e 30 dólares por barril. Com isso, o custo de produção do diesel para Petrobrás fica na faixa de R\$ 1,3 por litro e ela está vendendo por R\$ 4,07, ou seja, um lucro de 250%! É um lucro imoral, principalmente sabendo o quanto é estratégico o diesel para a população brasileira”, diz Fernando Siqueira.

“O litro de diesel custa para a Petrobrás entre R\$ 0,92 e R\$ 0,93, e estava sendo vendido por R\$ 2,30. Então, o lucro é superior a 150%. Os importadores e os acionistas não deixam a Petrobrás baixar os preços porque, enquanto a população está sofrendo com os preços altos, eles estão ganhando muito dinheiro”, disse Paulo César Lima.

cobrado pelos estados sobre os combustíveis em uma ação direta de inconstitucionalidade. Foi com base nessa ação que Mendonça tomou a decisão da sexta-feira (17). O indicado por Bolsonaro se aproveitou da ação e ampliou o que estava sendo discutido. Deu a sentença sobre uma ação da qual ele não era o juiz, e sim o ministro Gilmar Mendes, decano do tribunal.

A decisão do ministro André Mendonça de estender a nova forma de cobrança do diesel do ICMS para todos os combustíveis terá impacto adicional estimado em R\$ 31 bilhões na arrecadação dos estados e vai prejudicar a Saúde e Educação.

Os Estados terão que cobrar o ICMS do diesel, gasolina, etanol, gás e biodiesel com base na média de preços dos últimos cinco anos. Ou seja em bases menores do que as atuais.

“Ele antecipou a cobrança sobre todos os combustíveis e não só o diesel, com média móvel dos últimos 60 meses. Isso faz com que reduza ainda mais o atual preço praticado pelos Estados, que já está defasado, e vai ter uma renúncia fiscal grande”, declarou o presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, Décio Padilha.

O projeto de Bolsonaro aprovado no Congresso Nacional, a pretexto de combater a alta dos combustíveis, que fixa o teto de 17% do ICMS, já trazia um impacto de R\$ 100 bilhões em 12 meses nas verbas usadas por estados e municípios para programas sociais.

Ministro Edson Fachin convida FFAA para reunião da Comissão da Transparência do TSE

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Edson Fachin, convidou o representante das Forças Armadas para participar da reunião da Comissão de Transparência da Corte que ocorrerá virtualmente nesta segunda-feira (20). O Ministro da Defesa ainda não respondeu, mas, insuflado pelo Planalto, tem dito que gostaria que a reunião fosse somente entre o TSE e os representantes das FFAA.

Em ofício enviado na quarta-feira (15), o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Oliveira, havia sugerido ao presidente do TSE um encontro de equipes técnicas da Corte e das Forças Armadas. Segundo Oliveira, a reunião serviria para “dirimir eventuais divergências técnicas” que teriam surgido nos trabalhos da comissão e “discutir as propostas apresentadas pelas Forças Armadas”.

No novo ofício divulgado neste domingo (19), Fachin reafirmou o que já tinha dito, que o órgão tem “elevada consideração” pelas Forças Armadas e que o diálogo é necessário para fortalecer a democracia. Ele destacou, porém, que a comissão é o fórum destinado para discussões técnicas e diálogo interinstitucional sobre o processo eleitoral e reiterou o convite para que o general Heber Garcia Portela, que é o representante das Forças Armadas na comissão, participe

da reunião. Edson Fachin também aproveitou para registrar que a grande maioria das sugestões apresentadas no âmbito da comissão foram acolhidas, indicando o “compromisso público da Justiça Eleitoral com a concretização de diálogo plural” não apenas com os parceiros institucionais, mas também com a sociedade civil.

Recentemente o TSE divulgou um balanço dos trabalhos da comissão relatando que, ao contrário do que Bolsonaro alardeia, várias sugestões das FFAA foram aceitas pelo órgão. Fachin, informou ao ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, que a Corte acolheu 10 propostas das Forças Armadas para as eleições deste ano. Apenas uma proposta dos militares não foi acolhida.

O convite de Fachin veio em resposta à afirmação feita pelo ministro da Defesa de que as Forças Armadas não estariam se sentindo “devidamente prestigiadas” pelo TSE. A Comissão de Transparência das Eleições foi criada no ano passado pelo próprio TSE para ampliar a transparência e a segurança de todas as etapas de preparação e realização das eleições. O colegiado se encontra em contato com especialistas, representantes da sociedade civil e instituições públicas na fiscalização e auditoria do processo eleitoral.

Desmonte da Funai por Bolsonaro beneficiou criminosos na Amazônia

Assassinato de Bruno e Dom escancara destruição dos órgãos de fiscalização e proteção realizados pelo governo Bolsonaro em prol do garimpo ilegal

O assassinato do indígena Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips no Vale do Javari, Oeste do Amazonas escancara a política de desmonte da Fundação Nacional do Índio (Funai) para beneficiar garimpeiros, madeireiros, narcotraficantes, pescadores e caçadores, que se sentem respaldados pelo governo brasileiro.

Bolsonaro, questionado pela imprensa, afirmou que “duas pessoas em um barco, numa região daquela, completamente selvagem, é uma aventura que não é recomendável que se faça.” Parece querer atribuir às vítimas a culpa pelo seu desaparecimento.

Porém é do Estado brasileiro, por meio das forças de segurança, a responsabilidade de proteger as terras indígenas e quem nelas está, como era o caso de Bruno e Dom.

A região do Vale do Javari há anos vem sendo alvo de disputas de facções criminosas e atividades clandestinas, seja por garimpo, ou extração ilegal de madeira.

Cabe à Fundação Nacional do Índio (Funai) a coordenação e implementação das políticas de proteção à terra e aos grupos indígenas em isolamento voluntário e recente contato, como é o caso dos que vivem no Vale do Javari.

Porém, o desaparecimento do indígena e do jornalista evidenciou o desmonte que o órgão vem sofrendo durante o governo Bolsonaro e antes dele também.

A Funai tem sofrido na última década com reduções orçamentárias, demissão de servidores e falta de equipamentos. O desmonte da instituição aumentou exponencialmente no governo Bolsonaro e é um dos motivos para o aumento da violência e ameaças contra indígenas e servidores do órgão, como o indigenista Bruno.

Vale lembrar que Bolsonaro, logo após o primeiro turno das eleições de 2018 foi taxativo. “Vamos botar ponto final em todos ativismos do Brasil”.

O enfraquecimento da Funai, segundo funcionários que há anos atuam no órgão, aumentou muito. Dois meses após Michel Temer assumir a Presidência, em 2016, a fundação teve 37% do seu orçamento reduzido. Em março do ano seguinte, 51 Coordenações Técnicas Locais em territórios remotos da Amazônia, com a presença de indígenas isolados, foram extintas, entre elas a que existia no Vale do Javari, região que concentra o maior número de tribos isoladas do planeta.

Este cenário não mudou com a melhora recente nos números, causada pela contratação de servidores temporários por ordem judicial ou um leve aumento no orçamento do último ano devido às operações contra a pandemia.

A medida aumentou a pressão de garimpeiros, madeireiros e outros grupos interessados em explorar recursos naturais em áreas de indígenas.

“Isso vem desde o governo Temer. E no governo Bolsonaro há uma consolidação desse processo de enfraquecimento”, afirma Marcela Menezes, pesquisadora do Núcleo de Estudos Agrários da Universidade de Brasília (UnB).

PERSEGUIÇÃO A SERVIDORES

Bruno Pereira que é servidor de carreira da Funai e foi exonerado do cargo de coordenador-geral de Índios Isolados e de Recente Contato em 2019, meses após Bolsonaro assumir. Sua saída foi atribuída na época à pressão de setores ruralistas próximos ao atual governo. Desde então, licenciou-se do órgão para atuar em uma associação indígena.

Nos últimos meses, o indigenista estava sendo constantemente ameaçado por parte de pescadores que praticam de maneira ilegal a retirada diária de toneladas de peixe pirarucu e tracaças, espécie de cágado muito cobiçado nos rios da Amazônia.

Além de Bruno, no último mês, outros três funcionários da Funai, que tinham posição de comando, deixaram seus cargos. A baixa mais recente foi de César Augusto Martínez, que dirigia a Diretoria de Proteção Territorial. Oscar Romero de Lima Marsico, que era coordenador-geral de Promoção dos Direitos Sociais e cuidava de operações de entrega de cestas básicas a indígenas, além do coordenador de Gestão Estratégica da Funai, João Francisco Goulart dos Santos, pediram para sair.

Segundo Márcio Santilli, só-

cio-fundador do Instituto Sócio Ambiental (ISA) e ex-presidente da Funai, o contingente de servidores que hoje compõem o quadro da instituição é insuficiente para fiscalizar os mais de 1 milhão de quilômetros quadrados de terras indígenas do país.

“Quando vemos a situação concreta nos locais, é uma coisa assustadora. Estive em São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, três semanas atrás, onde vive 10% da população em aldeias no país. Nos anos 90 eram 86 funcionários lá. Agora são 17. O contingente que havia no passado já deixava a desejar em relação à demanda, e hoje é um quinto do que era 25 anos atrás”, afirmou Márcio.

No ano passado, apenas 5% das despesas da Funai foram com a assistência aos povos indígenas, segundo o Portal da Transparência. A maior parte dos recursos do órgão serviu para quitar despesas administrativas.

De acordo com levantamento realizado por pesquisadores do Núcleo de Estudos Agrários da Universidade de Brasília, o governo Bolsonaro diminuiu as verbas destinadas a políticas públicas para povos indígenas em 21% no seu primeiro ano de governo, passando de R\$ 266 milhões para R\$ 200 milhões, em valores corrigidos pela inflação. No orçamento aprovado em 2021, o valor aumentou para R\$ 217 milhões — por causa de ações relacionadas ao enfrentamento da pandemia nas terras indígenas, segundo especialistas.

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) também determinou que a Funai contratasse 776 servidores temporários para a implantação de barreiras de proteção contra invasores na Amazônia. Assim, aumentou em 553 servidores o quadro da Funai entre 2021 e este ano. A Justiça ordenou a retomada de políticas públicas para povos indígenas na esteira de uma ação que investiga o atendimento pelo governo a esses brasileiros.

REGIÃO FICA REFEM DE ATAQUES E MORTES

Após Bruno Pereira ter sido exonerado, o coordenador da frente de proteção no Vale do Javari, Francisco Gouvea, pediu demissão alegando “precarização dos meios para o atendimento de nossa missão institucional de proteção dos direitos dos povos indígenas” no Vale do Javari. Um mês antes, o servidor Maxciel Pereira dos Santos, que trabalhava com Gouvea, foi assassinado com dois tiros na cabeça em Tabatinga. A base do Vale do Javari tinha sido atacada quatro vezes naquele ano.

No último tiroteio que ocorreu em dezembro, a base da Funai na confluência dos rios Itaquá e Ituí, perto de onde Pereira e Phillips desapareceram, foi atingida por tiros. Instalações do órgão em outras regiões também foram atacadas.

Para o sertanista Sydney Possuelo, que criou as primeiras frentes de proteção etnoambiental da Funai, em 1987, entre elas a que fiscaliza o Vale do Javari, o desaparecimento de Pereira e Phillips é resultado da negligência do governo Bolsonaro com a questão indígena.

“Essas coisas estão todas interligadas. Ataques na área Ianomâmi, invasões, agora esse caso terrível no Vale do Javari. Tudo isso não veio gratuitamente. É consequência da política anti-indígena sobre a qual Bolsonaro fala claramente desde que estava em campanha. Até hoje ele é contrário aos índios, às terras indígenas, às demarcações, a tudo o que possa preservar o meio ambiente e defender os povos indígenas”, afirma Possuelo.

Para ele, a reconstrução e mudanças na Funai e Ibama, por exemplo, só irão acontecer se houver uma mudança de mentalidade do Estado. Caso contrário, o caos continuará prevalecendo. “Se não mudar, vai permanecer o caos que estamos vendo na região amazônica. Funai que não é Funai. Meio ambiente que não é meio ambiente. Essas coisas só acontecem por conta da proteção que o Estado dá para esses bandidos”, diz Possuelo.

O indigenista ainda fala que não adianta apenas colocar mais policiais ou oficiais do Exército no campo se não houver mudança nas “ações legais” das autoridades.

“Se não houver mudança, vai ser difícil que uma transformação chegue na ponta”, conclui.

MAIRA CAMPOS



Dom Phillips e Bruno Pereira foram cruelmente assassinados no Amazonas

Oito pessoas teriam participado da execução e ocultamento dos corpos de Bruno e Dom, diz PF

O barco que era utilizado pelo indigenista Bruno Pereira e o jornalista inglês Dom Phillips e que estava desaparecido desde o dia 5 de junho, quando eles foram cruelmente assassinados, foi encontrado a 20 metros de profundidade, no Rio do Itacoá nas proximidades da comunidade de Cachoeira, na noite deste domingo (19). A informação foi confirmada pelo comitê de crise, coordenado pela Polícia Federal que investiga o caso.

Segundo a Polícia Civil, a embarcação foi encontrada após cinco horas de buscas, a uma distância de 30m da margem do rio. A lancha estava com seis sacos de areia para impedir a flutuação. O local foi indicado por Jefferson da Silva Lima, o “Pelado da Dinha”, preso no sábado (18/6). Ele é um dos oito suspeitos de ter assassinado Bruno e Dom.

Além do casco da embarcação, foram encontrados um motor Yamaha 40 hp e quatro tambores que eram de propriedade do Bruno, sendo três em terra firme e um submerso. As evidências serão submetidas a perícia nos próximos dias para ajudar a elucidar o crime.

Também neste domingo, a polícia identificou mais cinco suspeitos de participação na ocultação dos cadáveres. Segundo o Comitê de Crise, coordenado pela Polícia Federal do Amazonas, os suspeitos foram localizados e ouvidos pelos agentes que atuam na operação, mas estão respondendo em liberdade.

Os nomes não foram di-



Barco de Bruno e Dom foi encontrado submerso

vulgados, mas até o momento oito pessoas já têm envolvimento no caso. Os suspeitos devem ser indiciados pelo crime de ocultação de cadáver e vão responder às acusações em liberdade, devido ao crime prever uma pena inferior a quatro anos de prisão. “As investigações continuam no sentido de esclarecer todas as circunstâncias, os motivos e os envolvidos no caso”, disse em nota a PF.

Amarildo da Costa Oliveira narrou à Polícia Federal (PF) como ocorreu a perseguição que acabou com a morte do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista Bruno Araújo Pereira. O relato foi dado durante a reconstrução do crime. Ele foi divulgado pelo programa Domingo Espetacular, da TV Record, que teve acesso à gravação.

Segundo Pelado, a perseguição à lancha na qual Bruno e Dom estavam durou cerca de 5 minutos. Jefferson teria atirado

contra Bruno, que revidou com tiros. O indigenista, no entanto, foi acertado e perdeu o controle da embarcação, que entrou mata adentro. Depois disso, Pelado e Jefferson teriam ido até a lancha e executado os dois.

Os suspeitos, então, teriam retirado os pertences pessoais das vítimas do barco em que estavam e o afundaram. Com os dois corpos na canoa, avançaram por duas horas navegando no rio. Quando desceram, prosseguiram ainda por cerca de 15 minutos dentro da floresta até o ponto em que queimaram os corpos.

A tentativa de ocultação, porém, não teria dado certo. Jefferson e Amarildo retornaram no dia seguinte, espartejaram os corpos e os enterraram em um buraco escavado. A distância entre o local em que os pertences foram escondidos e onde os corpos foram enterrados é de 3,1 km.



Cobrança abusiva prejudica os usuários

Veto de Bolsonaro mantém a cobrança de bagagem por empresas aéreas

Jair Bolsonaro vetou na última terça-feira (14) a regra aprovada pelo Congresso que restabelecia o despacho gratuito de bagagens em voos comerciais que operam no Brasil. A informação foi divulgada pela Secretaria-Geral da Presidência e foi publicada na edição desta quarta (15) do Diário Oficial da União.

A retomada do despacho gratuito foi incluída por deputados em uma medida provisória que alterava outras regras de funcionamento do setor aéreo — a mudança foi aprovada também pelos senadores. O texto original editado por Bolsonaro não previa essa alteração.

A deputada Pêrpétua Almeida (PCdoB-AC), autora da emenda, argumentou que, em 2016, quando foi aprovada a cobrança das bagagens despachadas, as empresas disseram que o preço das passagens iria baixar, “mas as passagens não só ficaram mais caras, como as empresas cancelaram vários voos em muitos estados do Brasil”.

“Bolsonaro mais uma vez escolhe de que lado está. E nunca é do lado do povo. Vamos derrubar o veto. Foi quase unanimidade na Câmara e no Senado. Há que se respeitar a decisão do parlamento”, respondeu a deputada.

Pêrpétua falou sobre a justificativa do presidente ao vetar a emenda. “Na mesma decisão tirou a Agência Nacional de Aviação do controle das pistas de pouso. Uma porrada na população e uma mãozinha para os traficantes na Amazônia que vão usar pistas sem serem incomodados”, disse.

Se fosse sancionada, a nova regra alteraria o Código de Defesa do Consumidor para incluir no rol das práticas abusivas a cobrança por parte das companhias aéreas por até um volume de bagagem em voos nacionais com peso inferior a 23 quilos, e em voos internacionais, com peso inferior a 30 quilos. O governo já havia indicado ser contra a retomada da gratuidade.

Atualmente, bagagens de 23 quilos em voos nacionais e 32 quilos nos voos internacionais são cobradas à parte, com um valor adicional ao da passagem. Cada empresa estabelece o critério de cobrança e as dimensões das malas.

O governo argumenta que a volta do despacho gratuito de bagagens foi vetada, pois “a proposição aumentaria os custos dos serviços aéreos e o risco regulatório, o que reduziria a atratividade do mercado brasileiro a potenciais novos competidores e contribuiria para a elevação dos preços das passagens aéreas”.



Ex-ator Mario Frias e Urandir Fernandes

Mario Frias sentou com o amigo do ET Bilu para procurar a cidade ‘Ratanabá’

A descoberta de uma suposta “cidade perdida” na Amazônia chamada Ratanabá movimentou a internet nos últimos dias e o candidato a deputado federal e ex-secretário de Bolsonaro, Mario Frias, resolveu mostrar que era entendido do assunto.

Na terça-feira (14), o ex-ator revelou em sua conta do Twitter que em 2020, enquanto ainda era secretário especial da Cultura, recebeu em seu gabinete Urandir Fernandes de Oliveira, presidente da Associação Dakila Pesquisas.

Segundo Mario, durante o encontro o empresário apresentou “um documento que resume os estudos iniciados pela associação desde 1992, ano em que Ratanabá teria sido descoberta”.

Frias reforça ainda que as pesquisas realizadas apontam que “Ratanabá teria sido a capital do mundo há 450 milhões de anos”. Portanto, no início da era paleozóica, antes dos dinossauros e antes mesmo da separação dos continentes da Pangeia.

Mas, segundo ele a Ratanabá “foi construída pela primeira civilização da Terra, chamada Muril, que não era primitiva. O local, segundo os estudos, possui monumentos bem preservados, alguns em formato piramidal, além de tecnologias mais avançadas que as nossas”.

Ainda no Twitter, Mario Frias afirmou que pretendia visitar pessoalmente os locais em que a empresa teria supostamente encontrado evidências da tal cidade quando ainda estava no cargo público, mas foi impedido de ir depois de sofrer um princípio de infarto.

Urandir Fernandes de Oliveira é o empresário que ficou conhecido no Brasil após se declarar como o principal interlocutor do ET Bilu, suposto alienígena que teria aparecido em um terreno em disputa judicial em 2010.

Ele afirmou na época que conversava com Bilu desde os 13 anos de idade, mas só revelou a existência do ET em 2009, mesmo ano em que parte de sua fazenda foi desapropriada.

Criminosos da Amazônia têm respaldo político em Brasília, denuncia delegado Saraiva da PF

O mundo cobrou mais empenho do governo brasileiro nas buscas de Bruno Pereira e Dom Phillips achando que a demora nas operações de busca era apenas um problema de ineficiência ou mesmo descaço. Mas, a entrevista do delegado Alexandre Saraiva, ex-superintendente da Polícia Federal na Amazônia, na terça-feira (14), revelou que o conluio do atual governo brasileiro com os criminosos da região é muito mais grave. As relações entre governistas e garimpeiros e madeireiros são intensas.

Na ocasião, o então ministro do Meio Ambiente de Bolsonaro, Ricardo Salles, bateu de frente com o delegado, acobertou e deu total apoio aos criminosos. Chegou a fazer uma visita oficial às madeireiras ilegais. Por ordem sua, Bruno Pereira foi exonerado do cargo que ocupava. Nesta época Bolsonaro também exonerou Saraiva do cargo de superintendente da PF na região.

O delegado Saraiva detalhou na entrevista à GloboNews, o que ele chamou de ampla cobertura política dos criminosos. “Esses criminosos têm muito respaldo político”, disse. “Boa parte dos políticos do centrão vieram desta região. Eles são financiados por esses grupos. Telmário Mota, Messias de Jesus, até Jorginho Mello, de Santa Catarina, mandou ofício”, acrescentou.

“A deputada Carla Zambelli foi lá defender madeireiros, junto com Ricardo Salles. Ou seja, nós temos uma bancada



Delegado da Polícia Federal Alexandre Saraiva

do crime”, denunciou Saraiva. “No dia que eu fui a uma audiência pública na Comissão de Legislação Participativa na Câmara, me deparei com uma bancada agressiva defendendo os criminosos. E olhe que eu já participei de muitas audiências criminais, na presença de bandidos que ficavam na minha frente, mas eu nunca fui tão desrespeitado pelos criminosos ali presos, como naquele dia na Câmara Federal. Os deputados estavam fazendo uma nítida defesa do crime”, acrescentou.

Alexandre Saraiva contou ainda que os criminosos que atuam na Amazônia têm boa parte dos políticos da Região Norte no bolso e grande respaldo nas bancadas governistas. Entre os nomes citados pelo ex-superintendente da Polícia Federal do Amazonas está o do senador Zequinha Marinho, do PL, mesmo partido de Bolsonaro.

Saraiva prosseguiu dizendo que há uma coleção de ofícios de senadores de diversos estados da Amazônia enviados para seus superiores como forma de pressão. “Tem ofício dizendo que eu estava ultrapassando os limites da lei, que estava cometendo abuso de autoridade. Teve senador junto com madeireiros me ameaçando”, declarou. A declaração de Alexandre Saraiva foi dada durante entrevista para o programa Estúdio I, da GloboNews, com Andréia Sadi.

O delegado fez questão de destacar que o senador Zequinha Marinho (PL-PA) estava junto com Ricardo Salles no dia da Handroanthus”, em referência à operação da PF que investigou madeireiras ilegais no Pará e Amazonas. Alexandre Saraiva concluiu dizendo: “Ou seja, nós temos uma bancada do crime. Na minha opinião, de marginais, de bandidos.”

Após muita demagogia, Bolsonaro deixa salário de servidor congelado



Após promessas vazias e descaso, governo confirmou reajuste zero



Docentes fazem protesto em Brasília contra cortes na Educação: "Tira a mão da Federal"

Nesta quarta-feira (14), servidores da Educação ocuparam as ruas de Brasília contra os cortes promovidos por Bolsonaro e em repúdio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 206, que pretende instituir cobrança de mensalidade nas instituições federais de ensino. O protesto reuniu cerca de 5 mil docentes, estudantes e técnicos no protesto nomeado "Ocupa Brasília".

Também estavam entre as bandeiras do movimento a defesa dos serviços públicos e a defesa das empresas estatais, ameaçadas de privatização pelo governo Bolsonaro. A concentração do ato começou às 13h em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados.

O movimento condena os cortes praticados na pasta da Educação que, apenas neste último ano, chegou a R\$ 3,23 bilhões. De acordo com a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), o montante representa 14% do orçamento das universidades e institutos federais.

"Nossa avaliação é de que foi um ato muito importante. É uma retomada de um movimento

maior de massas muito importante, especialmente nesse momento em que as universidades estão sucateadas, com corte de orçamento, que a assistência estudantil está dilapidada e que muitas instituições estão sem restaurante universitário. Nós protocolamos uma pauta unificada no MEC e estamos exigindo audiência. E esse movimento hoje vai impulsionar a luta e pressionar para que sejamos recebidos", avaliou Regina Ávila, secretária-geral do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN).

A manifestação também exigiu a revogação da Emenda Constitucional (EC) 95, do chamado teto de gastos, que impôs o congelamento do orçamento para as despesas primária até 2036, incluindo Educação e Saúde.

"O objetivo do ato é reforçar a nossa luta contra os cortes na Educação. E também apresentar pautas unitárias do MEC, como a questão da revogação da emenda constitucional 95, a questão da garantia do financiamento para a Educação, a PEC 206, que está em pauta agora no Congresso. E para garantir o cumprimento do orçamento anual da Edu-

cação", disse Matheus das Neves, diretor da União Brasileira dos Estudantes (UBES).

Após o ato, em audiência pública, Milton Pinheiro, presidente em exercício ANDES-SN, denunciou a política econômica que tem condenado o povo à fome e retirado recursos do orçamento para políticas públicas.

Além disso, Milton ressaltou que "muitas das nossas universidades não chegarão a setembro, do ponto de vista do seu funcionamento, em virtude das atitudes criminosas do governo Bolsonaro e seus apoiadores no Congresso Nacional. Além disso, precisamos nos preocupar com o acesso e permanência dos estudantes, em especial dos cotistas que, diante desses cortes, são aqueles que serão mais atingidos por esse sistema de ataques à educação e ao povo brasileiro", ressaltou.

Além da Fasubra e da UBES, participaram do ato a União Nacional dos Estudantes (UNE), Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico (Fenet), Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), Andes-SN e Associação Nacional dos Pós-graduandos (ANPG).

Preferiu desviar recursos públicos para a orgia do "orçamento secreto". Medida causou revolta geral, afirmou o Fonacate

Na segunda-feira (13), Bolsonaro confirmou que não haverá reajuste para os servidores federais. A fala de Bolsonaro em conversa com jornalistas se dá após meses de promessas vazias sobre o assunto, na tentativa de enrolar o máximo possível o funcionalismo público, que briga desde o final do ano passado por recomposição salarial e reestruturação de carreira com greves, protestos e entrega de cargos comissionados.

Inicialmente, Bolsonaro pretendia dar aumento apenas às carreiras policiais, o que deixou indignado o restante do funcionalismo, que reagiu com grandes mobilizações em todo o país.

Depois, o governo passou a dizer que daria reajuste no vale alimentação e, depois, que estudava conceder aumento de 5% a todas as categorias, propostas que foram rechaçadas pelas entidades representativas dos servidores, já que as perdas já somam mais de 30% desde o último reajuste.

Agora, ao dizer que não haverá reajuste, Bolsonaro fala novamente em aumento no vale alimentação.

"Lamentavelmente, não tem reajuste para servidor. Nós estamos tentando agora. Tem de vencer a legislação eleitoral; dobrar, o mínimo, o valor do auxílio alimentação", disse.

Jair Bolsonaro ainda concluiu dizendo: "Servidor não perdeu nada. Perderam poder aquisitivo?"

Perderam. A inflação está aí. Está no mundo todo. Infelizmente", disse, tentando ocultar sua real responsabilidade pela carestia desenfreada que atinge a população, inclusive os funcionários do Estado.

Diante das sinalizações do governo nas últimas semanas de que o reajuste não sairia mesmo, as entidades dos servidores já haviam se manifestado com indignação.

"Os servidores receberam com indignação a decisão do governo de não dar nenhum reajuste este ano. As perdas já somam mais de 30% desde a última restauração e a revolta é ainda maior porque vemos que o governo vai usar o dinheiro que seria para recompor o salário dos servidores públicos para a campanha eleitoral", disse o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), Rudinei Marques, na semana passada.

Para o economista Bráulio Cerqueira, que é presidente do Unacon Sindical, "o governo fala que não tem orçamento, mas não apresenta um estudo e nem conversa com os servidores. Com certeza existe espaço orçamentário".

Como o governo ainda tem até 30 de junho para mudar de ideia e conceder o aumento, sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, as entidades de servidores prometem intensificar as mobilizações da categoria para tentar reverter a posição do governo.



Forte adesão à greve leva motoristas de SP à vitória com reajuste de 12,74%

Com a forte adesão dos motoristas à greve dos transportes de São Paulo, o sindicato que representa os motoristas e cobradores de ônibus da capital obteve um acordo com os empresários do setor. A categoria conquistou um aumento salarial de 12,47% retroativo a maio.

Todos os ônibus do chamado sistema estrutural pararam por conta da greve. A greve afetou 713 linhas e 6,5 mil ônibus, que transportariam 1,5 milhão de passageiros no pico da manhã. Após uma reunião conciliatória entre a SPURbanuss, entidade que representa o setor patronal, e o SindMotoristas, representantes dos trabalhadores, promovido pela Prefeitura da capital, houve um acordo para o pagamento do aumento salarial de 12,47% retroativos ao mês de maio.

O aumento foi aceito e a greve foi encerrada, segundo o prefeito Ricardo Nunes (MDB). A greve levou a Prefeitura da capital a liberar a verba para o subsídio e os empresários aceitaram a reivindicação da categoria para que o aumento retroativo de 12,47% comece em maio e não em outubro, como proposto pelas empresas.

De acordo com o presidente da entidade, Valmir Santana da Paz, o acordo se deu antes mesmo do julgamento do dissídio pelo TRT,

marcado para amanhã, dia 15. Nesta terça, o setor patronal convocou o sindicato para uma reunião, e aceitou a principal reivindicação da categoria no que tange o reajuste salarial de 12,47%, retroativo a 1º de maio, que também deverá ser aplicado no ticket-refeição.

"Os trabalhadores mostraram sua determinação e força junto ao sindicato. Com o reajuste garantido, debateremos outras questões que ainda estão pendentes como o fim do horário de almoço não remunerado, PLR e o pagamento de 100% das horas extras. Tais assuntos deverão ser debatidos em até 5 dias úteis", informou o presidente.

Depois, em nota, a Prefeitura de São Paulo, por meio da SPTrans, confirmou que a paralisação de linhas de ônibus municipais foi encerrada às 15h20. "O atendimento nas 713 linhas paralisadas está sendo retomado de forma gradativa e deverá se normalizar até o fim do dia. A SPTrans monitora o retorno da frota da cidade para minimizar os impactos na população", diz o texto.

Antes, houve um impasse entre a categoria e o Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo (SPURbanuss) que havia negado o pedido do sindicato. O impasse levou à greve.



Centrais do Rio Grande do Sul lançam campanha "Revoga Já" contra a reforma trabalhista

Na luta pela revogação da reforma Trabalhista, que alterou e extinguiu mais de cem artigos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), retirou direitos dos trabalhadores e promoveu o emprego precário, as centrais sindicais, sindicatos e associações estão promovendo o movimento "Revoga Já - Nenhum Trabalhador sem Direitos", que será lançado em Porto Alegre, no próximo dia 22.

Guiomar Vidor, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Rio Grande do Sul (CTB-RS), umas das centrais organizadoras do ato, destaca que o objetivo da campanha "é demonstrar que, depois de 5 anos, a reforma trabalhista trouxe mais malefícios do que benefícios, trouxe o trabalho precário, a limitação à Justiça do Trabalho. A reforma colocou uma visão de que a lei fica de lado nas negociações coletivas, prevalecendo o negociado, enfraqueceu os sindicais, tanto laborais quanto patronais".

"E por isso defendemos a revogação da reforma. Defendemos um novo modelo de organização no mundo do trabalho, que atenda as novas relações, mas que fortaleça o movimento sindical, resgate os direitos que foram retirados e incentive a geração de empregos, acompanhados de direitos", ressaltou Guiomar.

O evento debaterá temas como "A luta pela revogação dos marcos regressivos da Reforma Trabalhista" e "Os impactos da reforma nas relações de trabalho e na Justiça do Trabalho", e terá como convidados a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Delaíde Arantes, e o presidente da Amatra IV (Associação dos Magistrados de Justiça do Trabalho), Thiago Mallman Sulzbah.

"O mercado interno foi desintegrado e a renda pública foi colocada em risco, sobretudo o orçamento da Previdência Social, e os 6 milhões de empregos não foram gerados como prometido", diz o convite para o debate. "Com Jair Bolsonaro, o caos só piorou, através de diversas medidas provisórias prejudiciais", afirma.

O evento acontece no dia 22 de junho, com abertura às 14h, na Rua dos Andradas, 1234 - 8º andar (Edifício Santa Cruz).



Líder caminhoneiro condena governo: "é preciso dar um basta no aumento de combustível"

O anúncio de mais um aumento dos combustíveis, divulgado nesta sexta-feira (17) pela Petrobrás, que elevará o preço da gasolina em 5,18% e do diesel em 14,26%, foi repudiado pelo líder dos caminhoneiros autônomos, Carlos Alberto Littti, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL).

Para Littti, o aumento "é insuportável para todos, porque afeta não só os caminhoneiros, mas toda a população, porque atrás disso vem também a gasolina, o gás, o supermercado, o prato de cada cidadão. Precisamos dar um basta nisso".

"Enquanto o governo não tiver a co-

ragem e a capacidade de intervir na maior empresa pública do Brasil, que é a Petrobrás, intervir na sua forma de política de preço e acabar com o Preço de Paridade de Importação, o chamado PPI, isso vai se perpetuar. É preciso ter coragem de enfrentar os acionistas e essa política em detrimento ao povo brasileiro", declarou Littti ao HP.

"Porque é tirar do suor do povo brasileiro para dar cada vez mais recursos e enriquecimento a acionistas. Não foi para isso que a Petrobrás foi criada. Ela foi criada exatamente para ser a solução do petróleo e não ser o tormento como está sendo", ressaltou.



Candidato popular Petro vence e é o novo presidente da Colômbia



Deputada alemã Anna Cavazzini
Bolsonaro é o responsável por mortes de Dom e Bruno, diz eurodeputada Cavazzini

Anna Cavazzini, a alemã deputada do parlamento europeu e vice-presidente da Delegação do Parlamento Europeu para o Brasil, denunciou que “as mortes do jornalista Dom Phillips e do ativista dos direitos indígenas Bruno Pereira são notícias terríveis. As autoridades brasileiras devem investigar imediatamente os antecedentes destes assassinatos e levar os responsáveis à Justiça. [...] Estes assassinatos são também uma consequência da difamação dos ativistas humanos e ambientais pelo presidente Bolsonaro e do desmantelamento da legislação ambiental e de direitos humanos”.

Para a deputada, que é presidente da Comissão de Comércio e Globalização do Parlamento, a questão vai além da morte dos dois homens: “Este e o futuro governo brasileiro devem fazer todos os movimentos possíveis para assegurar que os ativistas dos direitos humanos, ambientais e climáticos sejam mais bem protegidos no futuro. Essa falta de atenção pode trazer consequências muito graves”.

FAMÍLIA DE DOM

Um comunicado divulgado pela família do jornalista britânico, Dom Phillips, expressa a dor que a família sofre após a confirmação da morte do profissional. Os corpos que podem ser de Dom e do indigenista Bruno Araújo Pereira foram encontrados na região do Vale do Javari, no oeste do Estado e a perícia será levada a cabo pelo Instituto Nacional de Criminalística (INC). Os desdobramentos das investigações são acompanhados mundialmente.

O texto divulgado pela família de Dom Phillips está em nome da irmã Sian, do irmão Gareth, e seus parceiros e filhos. Os parentes também lamentam a morte de Bruno Pereira e agradeceram àqueles que participaram dos dias de buscas.

“Estamos com o coração partido pela confirmação de que Dom e Bruno foram assassinados e estendemos nossas mais profundas condolências a Alessandra, Beatriz e aos demais familiares brasileiros de ambos os homens. Somos gratos a todos que participaram da busca, especialmente aos grupos indígenas que trabalharam incansavelmente para encontrar evidências do ataque”.

PROTESTOS EM BRUXELAS

Uma delegação da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) protestou em frente ao prédio do Parlamento Europeu, em Bruxelas, na quinta-feira (16), exigindo respostas sobre o desaparecimento do jornalista e do indigenista, no Vale do Javari. Ativistas do movimento ambientalista internacional Extinction Rebellion estavam também na manifestação.

Bruxelas tem sido palco de inúmeras visitas de líderes indígenas brasileiros em busca do envolvimento da União Europeia em suas lutas. No mês passado, a líder indígena Maria Leusa Kaba Munduruku esteve na Bélgica para denunciar as mineradoras e explicar que elas são responsáveis por prejudicar grupos indígenas e destruir a floresta tropical mais importante do mundo. Munduruku tentou convencer os legisladores do bloco europeu a reforçar propostas para responsabilizá-los.

“Vim à Europa para denunciar isso e dizer às pessoas que compram ouro que ele vem com o sangue indígena, e elas são culpadas por isso também” afirmou Munduruku. “Eles são os perpetradores da violência que está acontecendo no Brasil”, denunciou.

O grupo da APIB está na cidade europeia para participar de reuniões com deputados do Parlamento Europeu.

A Comissão Europeia divulgou, em fevereiro passado, uma proposta com novas regras para responsabilizar as empresas que fazem negócios na União Europeia e que são responsáveis por abusos dos direitos humanos em suas cadeias de suprimento. A iniciativa também contempla dar às vítimas o direito de processar por danos. A proposta ainda está sendo discutida no Parlamento Europeu.

ONU EXIGE REPARAÇÃO

A ONU, junto com ativistas ambientais e de direitos humanos, também expressou nesta quinta-feira indignação com os assassinatos e exigiu que o governo garanta a investigação do crime.

“Esse ato brutal de violência é chocante e pedimos às autoridades brasileiras para garantir que as investigações do caso sejam imparciais, transparentes e que as famílias das vítimas recebam reparação”, disse a porta-voz do Escritório de Direitos Humanos da ONU, Ravina Shamdasani.

Segundo Shamdasani, o governo brasileiro demorou para iniciar as buscas pela dupla, desaparecida há cinco dias no Vale do Javari, no Amazonas.

A porta-voz destacou que “agora, após decisão judicial, as autoridades empregaram mais meios para procurar esses dois homens. Mas inicialmente a resposta das autoridades foi lenta”, disse Shamdasani em entrevista coletiva concedida em Genebra, na Suíça.



Petro, sua vice, Francia Márquez e apoiadores celebram a vitória em Bogotá

Equatorianos se levantam contra carestia e alta dos combustíveis

Protestos no Equador contra o aumento de preços dos combustíveis e a alta do custo de vida se espalharam pelo país e levaram o presidente Guillermo Lasso a decretar estado de emergência na sexta-feira (17), após uma semana de levante popular. Depois de medidas paliativas, o levante não arrefeceu e Lasso busca agora formas mais severas para reprimir a população via estado de emergência, com restrição de liberdades.

As manifestações foram convocadas pela Confederação de Nacionalidades Indígenas (Conaie), a mais importante organização indígena do país, após tentativas que não se concretizaram de diálogos entre ambos. Os protestos aconteceram desde a segunda-feira (13), reivindicando o congelamento dos preços dos combustíveis, o controle estatal para evitar a escalada de preços, a anulação das privatizações e aplicação de moratórias sobre as dívidas dos camponeses e sobre as atividades de mineração.

Bloqueios de estradas e ocupação de instalações petrolíferas, que paralisam a produção, foram constantes nos cinco dias de protestos. Os manifestantes e forças de segurança entraram em confronto em diversos momentos, deixando vários feridos e dezenas de detidos. Lasso, pressionado pelas manifestações, anunciou me-



Manifestações tomaram as ruas da capital Quito

didadas econômicas para tentar conter a crise que foram consideradas insuficientes pelos manifestantes. Entre elas está o aumento do auxílio pago a famílias de baixa renda, que passa de 50 para 55 dólares, o perdão de dívidas de até 3 mil dólares com o banco de desenvolvimento e um subsídio destinado a pequenos e médios agricultores para o fertilizante ureia.

Marcha de indígenas na província andina de Cotopaxi (Cristina Vega RHOR/AFP)

Pouco antes do anúncio do estado de emergência, o líder indígena Leonidas Iza, presidente da Conaie, alertou que os protestos passariam a “outro nível”, caso o governo não dê respostas às exigências para superar a crise econômica.

O líder indígena responsabilizou também o atual presidente pelas imposições do Fundo Monetário Internacio-

nal (FMI), como a flexibilização do trabalho e a eliminação dos subsídios.

Em 2019, uma onda de protestos no Equador devido ao preço dos combustíveis resultou em uma dezena de mortes e cerca de 1,5 mil feridos, um terço deles das forças de segurança.

O estado de emergência terá duração de 30 dias e permite a mobilização das Forças Armadas para apoiar a Polícia Nacional na garantia da ordem interna, além de suspender o direito dos cidadãos de se reunirem e impor um toque de recolher noturno das 22h às 5h.

O decreto determina também a restrição do “direito à liberdade”, permitindo que o governo exija de provedores que operam redes públicas de telecomunicações que suspendam ou diminuam a qualidade dos serviços.

Ataques a direitos trabalhistas e submissão aos EUA derrubam a maioria absoluta de Emmanuel Macron

Coalizão do presidente francês ainda foi a mais votada (38,63%) mas perdeu a maioria absoluta. Esquerda unida conquistou a 2ª maior bancada com 32,65% e lidera a oposição. Le Pen, com 17,30%, ficou em 3º lugar.

O presidente francês Emmanuel Macron não terá maioria absoluta na próxima Assembleia Nacional após o segundo turno das eleições legislativas realizadas no domingo (19), de acordo com os resultados finais publicados na manhã desta segunda-feira (20) pelo Ministério do Interior. Os deputados eleitos tomam posse na quarta-feira (22).

A coalizão de Macron, Juntos!, conquistou 246 cadeiras, ficando aquém das 289 necessárias para manter a maioria absoluta no Parlamento.

A política do presidente francês no seu primeiro mandato foi marcada por propostas de cortes de direitos previdenciários, com destaque para a ampliação do tempo para obter a aposentadoria. Neste ano, notadamente após o início da operação militar da Rússia na Ucrânia, Macron assumiu posição ambígua ao defender o diálogo e, ao mesmo tempo, atrelar a política externa da França à submissão às sanções dos EUA contra Moscou, o que agravou a crise econômica no país e em toda a Europa. A perda da maioria absoluta da coalizão Juntos! no parlamento é resposta dos franceses a essas escolhas de Macron.

A Nova União Ecológica e Social Popular, NUPES – que reúne França Insubmissa

de Melenchon e os partidos Socialista, Ecologista e Comunista – é uma aliança liderada por Jean-Luc Melenchon, que conquistou 142 assentos e tornou-se a 2ª maior bancada e principal força da oposição. Rassemblement National, de extrema-direita e encabeçado por Marine Le Pen, ficou em 3º lugar com 89 assentos e é a que mais cresceu em termos de bancada.

Segundo Jean-Luc Melenchon, o alto crescimento de cadeiras da extrema-direita de Le Pen está relacionado com a política de Macron, que nesta eleição parlamentar, optou por fazer “frente ampla” contra os candidatos da coalizão Nupes, e deixou de montar frentes nos distritos para isolar candidatos ligados a Le Pen, como fazia nas outras eleições. Ou seja, para conter o crescimento da esquerda (Nupes) deixou a extrema direita com folga nos distritos.

A coalizão LR-UDI – herdeira dos ex-presidentes conservadores Jacques Chirac (1995-2007) e Nicolas Sarkozy (2007-2012) – e seus aliados da UDI, conseguiram um 4º lugar com 64 cadeiras. LR aparece como o principal bloco a apoiar Macron. Seis agrupamentos menores conseguiram 36 assentos ao todo, com microbancadas de 13, 9, 6, 5, 2 e 1 deputados.

A taxa de abstenção do segundo turno ficou em 53,77 por cento, em comparação com 57,36 por cento em 2017, disse o ministério.

Segundo o canal de notícias francês BFMTV, os ministros do gabinete de Macron que não forem eleitos deputados em

seu distrito eleitoral terão que deixar o governo.

Apesar de sua coalizão ter sido a mais votada, Macron precisará, na avaliação de especialistas, buscar alianças e terá grandes dificuldades para governar devido ao forte avanço de forças da oposição, particularmente da primeira frente de esquerda em 25 anos, que reúne ambientalistas, comunistas e socialistas, e ainda da direita radical de Marine Le Pen.

Após a divulgação das primeiras projeções na noite de domingo (19), a primeira-ministra do país, Elisabeth Borne – que também era candidata e conseguiu se eleger – disse em pronunciamento na TV francesa que nunca havia visto uma Assembleia Nacional como a que se configura agora.

E a primeira vez que um presidente recém-eleito (reeleito, no caso de Macron) não obtém maioria absoluta para governar.

Um precedente já havia ocorrido com o socialista François Mitterrand em 1988, mas em circunstâncias distintas, já que na época ele não dispunha de uma maioria na Assembleia Nacional, diferentemente de Macron atualmente. Era a oposição de direita republicana que dominava o Parlamento naquela época, e Mitterrand convocou novas eleições legislativas, obtendo maioria relativa.

“Macron diante do risco de paralisia política”, escreveu o jornal Le Monde em seu site. A derrota do presidente francês está sendo chamada pela imprensa francesa de “histórica”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

A chapa Gustavo Petro/Francia Márquez enfrentou e venceu um governo que rejeitou acordos de paz e durante o qual recrudescer a perseguição a lideranças sindicais e populares

“Hoje é um dia de festa para o povo colombiano. Que festeje a primeira vitória popular. Que tantos sofrimentos se amortecem na alegria que hoje inunda o coração da Pátria”, declarou o candidato Gustavo Petro da coalizão Pacto Histórico ao saber da vitória no segundo turno que o tornou presidente eleito da Colômbia.

A chapa Gustavo Petro/Francia Márquez obteve 50,44% dos votos válidos (11.281.002), 3,13% a mais do que os 47,31% votos ao candidato direitista Rodolfo Hernández (que já se pronunciou admirador de Hitler).

Petro dedicou a vitória “a Deus e ao povo e sua história” e acrescentou: “Hoje é o dia das ruas e das praças”.

O candidato do Pacto Histórico enfrentou uma das formações de direita mais apodrecidas do continente com Iván Duque na Presidência que desconheceu os acordos de paz com os rebeldes da guerrilha em um processo de recrudescimento das chacinhas de líderes sindicais, populares e camponeses.

Em uma atitude vergonhosa, o terceiro colocado e o governo atual na Colômbia apostaram suas fichas no admirador de Hitler tornando a disputa mais acirrada.

No segundo turno houve um ligeiro aumento no comparecimento às urnas 57,88% contra 54,91% no primeiro turno, no qual Petro suplantou também o candidato governista, Federico Gutierrez, que acabou ficando com a terceira posição e, portanto, fora da disputa no segundo turno.

O presidente atual Iván Duque e o candidato derrotado reconheceram a vitória de Petro.

Duque declarou ainda que convida Petro a um encontro na sede do governo, Palácio Nariño, para entregar informações governamentais e preparar os trâmites para a transmissão de poder.

No seu primeiro pronunciamento, Petro pediu a libertação dos manifestantes presos desde o levante social de 2021 até os detidos durante a campanha presidencial.

“Minha vitória mostra que a paz é possível na Colômbia”, agregou Petro que dedicou sua vitória aos “sonhos de justiça e liberdade”.

A eleição de Gustavo Petro vem na sequência de uma série de vitórias das forças populares contra candidatos direitistas, na Argentina, Chile, Bolívia, Honduras e México. As próximas eleições ocorrem no Brasil onde as forças opositoras trabalham para resultado igualmente vitorioso.



Medvedchuk, líder do partido 'Plataforma', está preso

Regime de Kiev cassa partidos opositores

A Justiça ucraniana está fazendo a vontade do presidente, Volodymyr Zelensky, e confirmou o banimento dos partidos de oposição ao governo acusados de serem “pró-russos”. Grupos e partidos neonazistas, como o Svoboda, o Setor Direita e o Corpo Nacional, continuam funcionando normalmente no país.

O governo de Zelensky, através do Ministério da Justiça, usou a guerra contra a Rússia como pretexto para banir 11 partidos de oposição. O caso só foi para a Justiça depois do banimento.

Em julgamentos feitos a portas fechadas, sem presença de jornalistas ou representantes da sociedade, o 8º Tribunal Administrativo de Apelação está confirmando, um por um, o fechamento dos partidos.

Na quinta-feira (16), os partidos Oposição de Esquerda e Sharia tiveram seus encerramentos confirmados pelo Tribunal e comunicados pelas redes sociais.

No dia anterior, foi a vez do Partido Socialista da Ucrânia. Na terça (14), o Tribunal baniu o partido “Nashi”, que significa “nosso” em ucraniano, o Bloco Vladimir Saldo e o Partido do Estado. A Justiça ucraniana também concretizou o banimento do Partido Justiça e Desenvolvimento, do Socialistas e do Bloco de Oposição.

Todos os agrupamentos eram de oposição ao governo de Zelensky e, para

serem fechados, foram acusados de serem “pró-Rússia”. Suas propriedades foram transferidas para o estado ucraniano.

Mesmo antes da guerra, Volodymyr Zelensky já estava perseguindo o partido “Nashi”, visto que no dia 11 de fevereiro impôs sanções contra o canal de televisão do partido, o TV Nashi.

Em 2021, foram impostas sanções contra os canais de televisão do maior partido de oposição da Ucrânia, o Plataforma de Oposição – Pela Vida, liderado pelo ex-deputado Viktor Medvedchuk, que está preso pelo Serviço de Segurança da Ucrânia (SBU).

O Partido Comunista da Ucrânia foi banido em 2015, um ano depois do golpe de estado da Praça Maidan, que derrubou um presidente legitimamente eleito. O golpe serviu para fortalecer grupos neonazistas, que tentam uma aproximação com o ocidente, e perseguir grupos de esquerda, jornalistas e sindicalistas.

Enquanto bane os partidos de oposição, Zelensky mantém intocados grupos neonazistas que atuam como terroristas na região do Donbass desde 2014 e suas representações políticas. É o caso do Setor Direita, do Svoboda e o Corpo Nacional, que é a parte “institucional” do Batalhão Azov, grupo neonazista que faz parte das Forças Armadas da Ucrânia e tem por símbolo reprodução de logotipo usado por divisão das SS na Segunda Guerra mundial.

“EUA levou o conflito à Europa ao expandir a Otan”, diz Pequim



Presidente Vladimir Putin fala ao 25º Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo

“Era da ordem mundial unipolar chegou ao fim”, declara Putin

“A era da ordem mundial unipolar chegou ao fim”, declarou o presidente da Rússia, Vladimir Putin, durante a sessão plenária do 25º Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo (SPIEF*), Rússia, de 16 a 18 de junho.

Em seu discurso, Putin enfatizou que a União Europeia – que abre mão de sua soberania – está sendo drasticamente prejudicada ao aderir ao frenesi “louco e impensado” de sanções ditadas por Washington contra a Rússia.

O presidente da Rússia acrescentou que “os colegas do Ocidente estão tentando contrariar o curso da história pensando em termos do século passado”. E sublinhou que as nações do “bilhão de ouro” continuam a considerar todos os outros países como suas colônias de segunda classe. Ele destacou que as elites dominantes do Ocidente “vivem em um mundo de sonhos” e se recusam a ver as mudanças globais.

“Os EUA, ao declararem sua vitória na Guerra Fria, se manifestaram mensageiros de Deus na Terra, que não têm nenhuma obrigação, apenas interesses, e esses interesses estão sendo declarados como sagrados”, disse.

Ao expor que a era da “ordem mundial unipolar” terminou, Putin mostrou que isso ocorre apesar de todas as tentativas de “preservá-la por qualquer meio”. Para Putin “a diversidade de civilizações no planeta” e “a riqueza de culturas” são difíceis de combinar com “padrões”, sejam políticos, econômicos ou outros. “Os padrões não trabalham aqui, padrões grosseiros, sem alternativa, impostos desde um único centro”, assinalou.

“Nas últimas décadas, estão sendo formados no planeta e se manifestando de forma cada vez mais aguda novos centros de poder, cada um dos quais desenvolve seus sistemas políticos e instituições sociais, realiza os seus próprios modelos de crescimento econômico e, certamente, tem o direito de protegê-los, de manter a soberania nacional”, prosseguiu o presidente russo.

As “loucas e impensadas” sanções contra a Rússia, tomadas com o objetivo de esmagar sua economia com um golpe de caneta, não funcionaram. A “blitzkrieg [guerra-relâmpago] econômica” contra a Rússia desde o início não tem chances de sucesso.

“UE PERDEU SUA SOBERANIA POLÍTICA”

O presidente russo também alertou que a União Europeia perdeu sua soberania política com elites burocráticas que seguem os ditames alheios, causando danos à sua própria população. A atual liderança em Bruxelas, observou ele, não consegue esconder sua submissão com toda essa narrativa dos supostos custos admissíveis da “pseudo-unidade”.

Os políticos europeus já infligiram um duro golpe em sua própria economia, agravando os problemas econômicos em seus países e elevando os preços dos alimentos, eletricidade e gasolina, constatou, frisando que, como consequência, a União Europeia está perdendo competitividade devido às sanções impostas. “Por avaliações dos especialistas, neste ano só as perdas das contas da União Europeia por causa da febre de sanções podem ultrapassar US\$ 400 bilhões [R\$ 2,052 trilhões]. Esse é o custo das decisões afastadas da realidade e tomadas a despeito do senso comum. Esses custos diretamente caem nos ombros da população e empresas da UE”, apontou.

Sobre a inflação nos países da União Europeia, Putin disse que em alguns deles esse indicador já ultrapassa os 20%, enquanto na Rússia se situa nos 16,7% em termos anuais, valor que, segundo o presidente, é bastante elevado e deve ser reduzido. Neste contexto, salientou que o aumento dos preços, em particular, se deve “à política energética falida” do ocidente puxada pelos EUA.

Durante seu discurso no fórum, o presidente russo também falou sobre a operação militar que Moscou lançou na Ucrânia em 24 de fevereiro. Segundo ele, “o Ocidente recusou-se fortemente a cumprir suas obrigações anteriores” e era “simplesmente impossível chegar a novos acordos”.

“Para eles [países ocidentais] o início de nossa operação militar especial no Donbass se tornou uma tábua de salvação que lhes permite culpar os outros por seus próprios erros, neste caso, a Rússia”, expressou.

Putin informou que, devido ao “aumento dos riscos e ameaças”, a Rússia foi obrigada a tomar a decisão da operação, que foi “difícil”, mas “necessária”.

“Esta é a decisão de um país soberano, que tem o direito incondicional, baseado, aliás, na Carta da ONU, de defender sua segurança. Uma decisão que visa proteger nossos cidadãos, residentes das repúblicas populares do Donbass, que por oito anos foram submetidos ao genocídio pelo regime de Kiev e neonazistas que receberam a proteção dirigente russo mencionou que, no caso da separação do Kosovo da Sérvia, que foi realizada “sob pressão dos países ocidentais”, o Tribunal Internacional de Justiça decidiu que, quando um território é separado, por decisão dos cidadãos locais, não é necessário pedir autorização às autoridades centrais.

Levando em conta este fator, as repúblicas do Donbass também não precisam solicitar um “vá em frente” para sua independência, reconhecida pela Rússia, disse ele, acrescentando que Moscou lhes fornece assistência militar de acordo com o artigo da Carta da ONU. “Eles próprios abriram o precedente. Nossas ações são absolutamente legais”, disse Putin. O líder russo também afirmou que Moscou respeitará qualquer escolha de pessoas que vivem em “territórios liberados” da Ucrânia e que atacar áreas fortificadas ucranianas perto de Donetsk, onde atingem áreas residenciais, não tem propósito.

Leia a matéria completa no site do HP

Imagem de vídeo



Wang Wenbin, porta-voz do Ministério de Relações Exteriores da China

Sindicato dos Jornalistas do Reino Unido repudia a decisão de extraditar Assange

Manifestação em Londres contra a extradição do jornalista Assange aos EUA e por sua liberdade. (divulgação)

A União Nacional de Jornalistas (NUJ) do Reino Unido se manifestou, no sábado (18), contra a decisão do governo britânico de extraditar o fundador do WikiLeaks, Julian Assange, para os Estados Unidos, alertando que isso estabelece um mau precedente para a profissão.

Qualquer jornalista que receba informações confidenciais sobre os Estados Unidos, ou seja contactado por um informante para expor crimes ou irregularidades, agora temerá a extradição e corre o risco de passar o resto da vida na prisão, disse a secretária-geral da NUJ, Michelle Stanistreet, em comunicado.

A ministra do Interior britânica, Priti Patel, aprovou no dia anterior que o jornalista australiano seja entregue aos Estados Unidos, que pretendem julgá-lo por expor no site WikiLeaks crimes de guerra cometidos por militares norte-americanos.

Se considerado culpado por um tribunal dos EUA, Assange pode ser condenado a 175 anos de prisão com base nas 17 acusações feitas contra ele por supostas violações da lei de espionagem daquele país.

Assange vem sendo punido pelos sucessivos governos estadunidenses por ter divulgado, a partir de 2010, centenas de milhares de arquivos do Pentágono comprovando os crimes de guerra no Afeganistão, no Iraque – inclusive o assassinato de dois jornalistas da Reuters em Bagdá –, e no campo de

concentração e tortura de Guantánamo.

Sobrevivendo desde 2012 como refugiado político, vítima de perseguição na embaixada do Equador em Londres, ele foi entregue de forma vexaminosa pelo então presidente L. Moreno para a polícia londrina em 2019.

Assange só fez o trabalho de um jornalista investigativo. A secretária-geral do NUJ lembrou, no entanto, que o fundador do WikiLeaks é perseguido por ações que fazem parte do trabalho diário de um jornalista investigativo.

“Priti Patel teve a oportunidade de mostrar humanidade e respeitar a liberdade de expressão, e lamento que ela tenha optado por não fazê-lo, acrescentou Stanistreet, que lembrou que ainda existem algumas vias legais para tentar impedir a extradição de Assange.



Manifestação em Londres contra extradição de Julian Assange aos EUA e por sua liberdade. (divulgação)

Banco Mundial adverte sobre risco de estagflação e destaca sanções à Rússia como causa central

O Banco Mundial (BM) rebaixou drasticamente suas perspectivas para a economia global, registrou a Associated Press, apontando para a guerra na Ucrânia, isto é, a frenética imposição de sanções de parte dos EUA e da União Europeia à Rússia, cuja consequência vem sendo a severa interrupção do comércio global de energia, e está causando apreensão com o potencial retorno da “estagflação” – uma mistura tóxica de inflação alta e recessão ou estagnação só vista anteriormente há mais de quatro décadas.

Segundo o Banco, em previsão divulgada na terça-feira (7), a economia mundial crescerá 2,9% este ano, quase a metade do resultado global de 2021, de 5,7%. Em janeiro, a estimativa era de 4,1% de crescimento. “Para muitos países, a recessão será difícil de evitar”, disse o presidente do organismo financeiro, David Malpass.

As perspectivas para 2023 e 2024 não são brilhantes, com previsão de apenas 3% de crescimento global, ou seja, estagnação. Para o Banco, a China, a segunda maior economia do mundo depois dos Estados Unidos, terá crescimento de 4,3% em 2022. Em relação aos EUA, a previsão do Banco Mundial foi reduzida

para 2,5% este ano, contra 3,7% estimados em janeiro.

Para os 19 países europeus da zona do euro, o banco rebaixou a perspectiva de 4,2% (em janeiro), para 2,5% este ano. Os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento devem crescer 3,4% este ano.

Na análise da AP, a invasão da Ucrânia pela Rússia prejudicou uma economia global que vinha se recuperando de forma robusta da pandemia de coronavírus.

Na verdade, com as sanções se causou artificialmente um choque de demanda, ao tentar excluir do mercado o trigo, os fertilizantes e o petróleo e gás russos. Os preços já altos das commodities – o que ocorria devido à recuperação econômica pós mitigação da pandemia – subiram ainda mais, ameaçando a disponibilidade de alimentos a preços acessíveis nos países pobres.

Para Malpass, “existe um risco grave de desnutrição e até de fome”. O Banco Mundial espera que os preços do petróleo subam 42% este ano e que os preços das commodities não energéticas subam

A decisão final sobre o destino do jornalista ficou nas mãos da ministra britânica depois que um tribunal superior aceitou um recurso de promotores norte-americanos em abril passado e anulou o veredicto de uma juíza de primeira instância que se opôs a extraditá-lo após ouvir argumentos médicos sobre a frágil saúde do jornalista.

Assange, que está detido em uma prisão britânica de segurança máxima desde sua detenção em Londres em abril de 2019, tem 14 dias para recorrer da ordem de extradição assinada por Patel.

Falando no dia anterior a correspondentes estrangeiros nessa capital, a equipe de defesa do fundador do WikiLeaks e sua esposa, Stella Assange, disseram que esgotariam todas as vias legais para tentar impedir que ele seja entregue ao governo norte-americano.

“A China promove as negociações de paz enquanto Washington joga lenha na fogueira”, destaca o porta-voz da Chancelaria chinesa, Wang Wenbin

“Enquanto os Estados Unidos pediram uma luta ‘até o último ucraniano’” e colocaram mais lenha na fogueira, a China “promoveu ativamente as negociações de paz”, afirmou o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Wang Wenbin.

“Washington devolveu o conflito à Europa ao impulsionar a Otan em direção ao Leste”, acrescentou o representante chinês em resposta à acusação dos EUA de que a China optou pelo “lado errado da história” ao defender o direito da Rússia de enfrentar o expansionismo da Otan, o agressivo bloco militar encabeçado pelos Estados Unidos.

Em coletiva de imprensa, Wenbin disse que os Estados Unidos fizeram com que o conflito “transbordasse e se espalhasse”, provocando a guerra, e também boicotam as tentativas de negociação enviando mais armas para a Ucrânia.

“Enquanto os EUA pediram uma luta ‘até o último ucraniano’ e alimentaram o conflito, a China promoveu ativamente as negociações de paz e pediu ao mundo que as negociações, não a luta, continuem entre Rússia e Ucrânia”, comentou.

“Envio de armas por Washington a Kiev é imoral”, afirma Obrador

“É imoral”, declarou o presidente do México ao condenar o envio de armas à Ucrânia com a finalidade de estender ao máximo a continuidade do conflito no país.

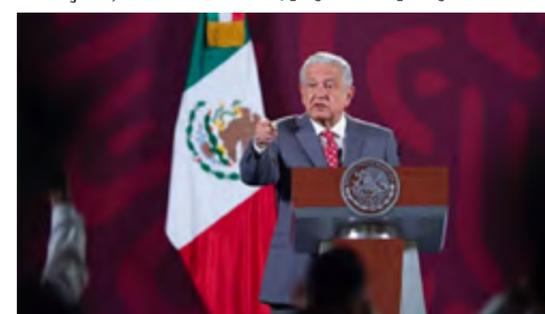
López Obrador disse que aqueles que enviam armas para Kiev – referindo-se aos Estados Unidos, Inglaterra e outros governos europeus igualmente submissos a Washington – estão ajudando a acumular mortes dos dois lados.

“Como é fácil dizer: ‘Estou mandando tanto dinheiro para armas, eu forneço as armas e você fornece os mortos’. É imoral!”, afirmou ele, acrescentando que “essa política não deve mais continuar”, alegando que é conduzida pelas “elites” e não pelo “povo”.

O México recusou-se a participar da onda das sanções ocidentais contra a economia da Rússia e nega-se a transferir armas para Kiev. López Obrador declarou no mês passado que seu país busca “permanecer neutro” em relação ao conflito, apesar da pressão de Washington, cujo embaixador no país, Ken Salazar, exortou anteriormente as autoridades mexicanas a “serem solidárias com a Ucrânia”.

A Otan continua seus esforços para armar a Ucrânia, com o secretário-geral da aliança, Jens Stoltenberg, informando esta semana que Kiev receberá armas pesadas adicionais.

“A Ucrânia precisava de mais armas pesadas e os aliados e parceiros da Otan forneceram armas pesadas [...]”. E eles também estão intensificando sua ação”, afirmou.



Obrador, presidente do México, defende o diálogo

“A China está comprometida com o diálogo e a cooperação para uma segurança comum, abrangente, cooperativa e sustentável”, continuou. O país sempre esteve ao lado da “paz e justiça”.

“As pessoas chegarão à sua própria conclusão sobre quem está do lado certo. Os EUA continuam afirmando estar do lado certo da história, mas isso é absolutamente certo? Talvez ele esteja apenas assestando no escuro” para tentar manter a coragem, acrescentou o porta-voz.

O presidente da China, Xi Jinping, e o presidente da Rússia, Vladimir Putin, conversaram, por telefone, sobre como elevar a cooperação entre os dois países. Os líderes garantiram apoio mútuo nos temas de “soberania e segurança”.

Xi Jinping comentou sobre a “legitimidade das ações da Rússia para proteger os interesses nacionais fundamentais diante dos desafios à sua segurança criados por forças externas”.

Na conversa, Putin destacou que a Rússia “se opõe a quaisquer forças [externas] para interferir nos assuntos internos da China”, como na pressão dos EUA pela independência de Taiwan.

“Envio de armas por Washington a Kiev é imoral”, afirma Obrador

Na terça-feira (14), o primeiro-ministro holandês, Mark Rutte, que sediou uma reunião entre Stoltenberg e outros seis membros da Otan, apoiou essa posição, insistindo que “é crucial que a Rússia perca a guerra” e que o bloco militar sob mando dos EUA deve “permanecer unido”.

“Como não podemos ter um confronto direto entre as tropas da Otan e a Rússia”, confessou Rutte, “o que precisamos fazer é garantir que a Ucrânia possa lutar essa guerra, que tenha acesso a todo o armamento necessário”, deixando clara a posição de usar Kiev como bucha de canhão.

EUA fornece bilhões de dólares em armas pesadas e leves desde março a Kiev, o que inclui peças de artilharia, sistemas de lançamento múltiplo de foguetes (MLRS, na sigla em inglês), drones, helicópteros, bem como mísseis antiblindagem e antiaéreos, entre outros equipamentos.

Nesta quarta-feira (15), Biden, anunciou mais US\$ 1 bilhão (R\$ 5,1 bilhões) em armas à Ucrânia. Biden falou por telefone com o ucraniano Zelensky para informar das armas e insistir para que a Ucrânia se negue a negociar a paz com a Rússia. Como já disse antes o atual chefe da Casa Branca, o negócio é “deixar a Rússia enfraquecida”.

O pacote inclui equipamentos militares como 18 obuses de 155 mm, 36.000 projéteis de 155 mm, 18 veículos táticos para rebocar obuses, bem como quatro veículos táticos para recuperar equipamentos e peças de reposição.

A Semana de 22, a literatura nacional e a revolução brasileira - parte (1)

Onde encontrar ali o país que estava, então, travado em seu desenvolvimento, com as relações capitalistas – isto é, a industrialização – travadas pelo domínio e sufocamento da economia por parte da oligarquia cafeeira? O espantoso é que a Semana aconteceu apenas oito anos antes da Revolução de 30, que acabou com esse domínio da oligarquia cafeeira e abriu a época que foi chamada, na década de 50 do século passado, Revolução Brasileira

CARLOS LOPES

Para Fábio Palácio e Adalberto Monteiro

Existe uma sintomática inconsciência na Semana de Arte Moderna de 1922: o Brasil, como nação concreta – como nação que luta para se constituir enquanto tal – parece não existir, ou existir de forma muito tênue, para aqueles artistas e intelectuais que se reuniram em fevereiro daquele ano, no Teatro Municipal da capital paulista.

Uma nação é, antes de tudo, seu povo. Se comparados a Euclides (*Os Sertões*, de 1902); ou a Simões Lopes Neto (*Contos Gauchescos*, de 1912); ou a Monteiro Lobato (*Urupês*, de 1918, *Cidades Mortas*, de 1919, *Negrinha*, de 1920); ou Lima Barreto (*Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, de 1909, *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, de 1919), os participantes da Semana pareciam (e parecerão) habitantes de outro planeta – isto é, de outro país – tal o desligamento em relação à realidade nacional, ou seja, ao povo, e, portanto, à nacionalidade.

Essa inconsciência foi, de certa forma, como veremos, reconhecida posteriormente pelo poeta, musicista e intelectual mais sério dos que participaram da Semana, Mário de Andrade.

O testemunho de Mário é muito importante. Porém, mesmo sem ele, onde encontrar ali o país que estava, então, travado em seu desenvolvimento, com as relações capitalistas – isto é, a industrialização – travadas pelo domínio e sufocamento da economia por parte da oligarquia cafeeira?

O espantoso é que a Semana aconteceu apenas oito anos antes da Revolução de 30, que acabou com esse domínio da oligarquia cafeeira e abriu a época que foi chamada, na década de 50 do século passado, Revolução Brasileira.

Entretanto, a Semana, enquanto acontecimento, foi apoiada por Washington Luís, então governador (presidente) de São Paulo, e financiada pelo principal líder da oligarquia cafeeira, Paulo Prado.

Como acontecimento cultural, não poderia ser mais definido em termos de classe.

O que é verdade também do ponto de vista dos participantes: Guilherme de Almeida foi, depois, o poeta oficial da contrarrevolução de 1932; Menotti Del Picchia foi secretário de Carlos de Campos, o governador de São Paulo sob cuja égide os bairros operários e populares paulistanos foram bombardeados em 1924 – e permaneceu um reacionário empedernido até sua morte, em 1988; quanto a Plínio Salgado, bem...

O discurso inicial de Graça Aranha foi tão desastroso que a maioria – talvez todos – os “modernistas” se desvincularam, em seguida, dele (Graça Aranha tinha uma relação próxima a Paulo Prado, inclusive através de seus laços afetivos, que eram públicos, com a irmã deste, Nazaré Prado). Porém, Graça Aranha era



maranhense e seu principal livro, *Canaã*, que nada tem a ver com o “modernismo” (muito menos com o “modernismo paulista”), transcorre no Espírito Santo.

Antes que o leitor nos cobre, e Mário de Andrade? E Oswald de Andrade?

Mário de Andrade dedicará *Macunaíma* (1928), exatamente, ao oligarca Paulo Prado. Mas isso foi antes da Revolução de 30. Após a revolução, ainda sob a liderança de Prado, ele seria um dos editores do órgão oficial da contrarrevolução de 1932, a *Revista Nova* (além de Prado e Mário de Andrade, o outro editor seria o também modernista Alcântara Machado).

Mas façamos justiça a Mário: depois dessa época, ele aproximou-se da Revolução, com um balanço honesto do passado e uma contribuição imperecível para o futuro de nossa nacionalidade.

Quando a Oswald, é sabido que ele apoiou Júlio Prestes, o candidato da oligarquia, contra Getúlio Vargas, em 1930. Quanto a 1932, sua posição nos parece, no mínimo, ambígua, sobretudo quando comparada, por exemplo, àquela mantida por Afonso Schmidt (v. Marcio Luiz Carreri, *1932, heróis de farda e farsa: capital, trabalho e memória, em posições*, ArtCultura Uberlândia, v. 23, n. 43, p. 210-225, jul.-dez. 2021).

Como não estamos seguros quanto à sua alegada trajetória no Partido Comunista, nos abstemos de outros comentários políticos sobre ele.

Por fim, nessa breve lista, Heitor Villa-Lobos, Manuel Bandeira e Guiomar Novaes.

Ninguém pretenderá que Guiomar Novaes, o maior sucesso da Semana, fosse uma modernista. Grande pianista, ela estava ali para dar prestígio à Semana. E o fez brilhantemente.

Pode-se dizer o mesmo sobre Villa-Lobos, cuja música foi muito bem recebida – e que, como mostraria do início ao fim de seu percurso, era, das figuras presentes, a mais identificada com o país, isto é, com o seu povo.

Manuel Bandeira, o maior poeta entre os citados, não estava presente. Teve lido um de seus poemas, *Os Sapos*, por Ronald de Carvalho. Além de pernambucano, o poema demonstra que antes da Semana, Bandeira não demonstrava nenhuma dependência em relação ao modernismo paulista.

O ensaísta Franklin de Oliveira (mais um maranhense) apontou, em seu *A Semana de Arte Moderna na Contramão da História*, que o desconhecido



Como tudo, ou quase tudo, no Brasil de hoje, o centenário da Semana de Arte Moderna, acontecida em 1922, tornou-se o cerne de uma acirrada luta ideológica. É natural que isso aconteça em um país que ainda não completou a sua construção enquanto nação – o que significa um Estado nacional, uma economia nacional e uma cultura nacional -, mas que iniciou a luta por essa construção há muitas décadas. Assim, os acontecimentos do passado tendem a sofrer – este verbo é bem próprio ao que queremos significar – novas interpretações, o que é agravado, hoje, pela aberração “pós-moderna” de substituir a verdade por “narrativas”

mento do país era geral entre os modernistas de São Paulo:

“Os modernistas paulistanos queriam passar o Brasil a limpo. Mas, como poderiam fazê-lo, se eles nada conheciam sequer da capital bandeirante, fora a mansão dos Prado e a redação do *Correio Paulistano*? Fora desse círculo fechado, o mundo não existia para eles. Passar o Brasil a limpo era combater o parnasianismo e negar tudo o que até então tinha sido feito por parnasianos e não parnasianos. De um poeta como Da Costa e Silva já não falaram, tanto quanto de dois romancistas: Lima Barreto e Enéas Ferraz. O velho Marx dizia que a ignorância nunca foi útil a ninguém. Os corifeus da Semana atuaram à revelia desse conceito” (cf. Franklin de Oliveira, *A Semana de Arte Moderna na Contramão da História e Outros Ensaios*, Topbooks, 1993, pp. 23-24).

Este autor nota que os modernistas paulistanos foram totalmente insensíveis diante da greve geral de 1917 – em São Paulo – assim como diante das revoltas tenentistas. Tal insensibilidade revelava uma posição de classe. Voltaremos a isso. Por agora, é preciso ressaltar o nosso objetivo: diante da confusão estabelecida no centenário da Semana de Arte Moderna,

estabelecer alguns fatos, vistos à luz dos tempos atuais – mas, para isso, é também necessário saber como esses fatos eram vistos à luz da época.

Daí, a quantidade de citações que se seguem, pois elas são necessárias, já que a maioria dos leitores não tem condições de tomar conhecimento dos textos originais.

No entanto, qual é o desvio que enxergamos – e que, portanto, torna este texto possivelmente útil?

Acontece que, de uns tempos para cá, tudo é derivado do “modernismo”. O que veio antes – inclusive Euclides, Lobato e Lima Barreto – é “pré-modernismo”. O que veio depois – inclusive Graciliano, Jorge Amado, José Lins do Rego e Guimarães Rosa – é “pós-modernismo”.

Ou, senão, todos os escritores – ou artistas de outros ramos – são da primeira, da segunda, da terceira, ou da enésima geração “modernista”.

Tais confusões servem a que objetivo?

Ou, fazendo a pergunta de outro modo: o modernismo de 1922 foi um precursor da Revolução Brasileira ou representava uma ideologia antagônica a ela?

Se a segunda resposta for a verdadeira, não é difícil responder por que tenta-se diluir toda a literatura brasileira no caldeirão do modernismo paulistano.

2

Então, examinemos a questão com mais algum rigor.

Como tudo, ou quase tudo, no Brasil de hoje, o centenário da Semana de Arte Moderna, acontecida em 1922, tornou-se o cerne de uma acirrada luta ideológica. É natural que isso aconteça em um país que ainda não completou a sua construção enquanto nação – o que significa um Estado nacional, uma economia nacional e uma cultura nacional -, mas que iniciou a luta por essa construção há muitas décadas.

Assim, os acontecimentos do passado tendem a sofrer – este verbo é bem próprio ao que queremos significar – novas interpretações, o que é agravado, hoje, pela aberração “pós-moderna” de substituir a verdade por “narrativas”.

Mas a questão continua a mesma: qual o papel (ou a importância) da Semana de 22 na

Revolução Brasileira, ou seja, no processo histórico de constituição nacional?

Pois, em relação aos outros centenários deste ano (o da primeira revolta tenentista e o da fundação do Partido Comunista), sua contribuição a esse processo é mais clara.

Começemos, então, por estabelecer uma distinção: o termo “modernismo”, frequentemente, na literatura de acólitos da Semana de 22 – e em boa parte da literatura acadêmica sobre o assunto – serve para abrigar, como debaixo de um guarda-chuva, coisas que nada têm a ver com a Semana, e que são misturados com ela, exatamente, para legitimá-la como algo que não foi: um acontecimento revolucionário.

O traço mais nítido desse recurso está na historiografia da própria literatura, onde alguns pretendem – como já apontamos acima – que nossos autores sejam divididos em pré-modernistas, modernistas e pós-modernistas.

Assim, quem não foi modernista, ou foi pré-modernista (Euclides da Cunha, Augusto dos Anjos, Lima Barreto, Monteiro Lobato, Simões Lopes Neto) ou foi pós-modernista (José Américo de Almeida, Jorge Amado, Raquel de Queirós, José Lins do Rego, Amando Fontes, Graciliano Ramos, Dionélio Machado, Érico Veríssimo, Octávio de Faria, Lúcio Cardoso, Guimarães Rosa, Clarice Lispector).

Portanto, dessa forma, tudo é modernismo – ou porque teria sido um precursor, ou porque teria sido, de uma forma ou de outra, um seguidor.

Junto a essa historiografia, cujo objetivo é colocar o modernismo – e, como veremos, o modernismo paulista – como centro da cultura brasileira, existe a tentativa de transformar toda a literatura em uma sucessão de fases ou gerações modernistas.

Mas voltemos à distinção que apontamos – entre “modernismo” em geral e a Semana de 22 – para perquirir sobre o acontecimento de 100 anos atrás.

Tomemos, para isso, o testemunho do mais sério e honesto escritor, entre os paulistas que participaram da Semana de 22.

3

Em seu *“Roteiro de Macunaíma”*, Cavalcanti Proença

compara a obra literária de Mário de Andrade – em especial, evidentemente, *“Macunaíma”* – com a obra de José de Alencar – em especial, *“Iracema”*.

Após demonstrar várias similitudes entre uma e outra obra, escreve Manuel Cavalcanti Proença:

“Porém há coisa de mais importância que é o sentido de manifesto linguístico, de plataforma para a criação de uma língua nacional, um grito contra o complexo colonial na literatura brasileira. (Hoje não há mais complexo, mas esperteza e gosto pelas comendas. E esse gosto, afinal, é também um indianismo.) Com Alencar, em verdade, começa o brasileiro nos livros, o reinol deixa de ser o modelo, e surge um grande livro escrito em linguagem diversa da portuguesa de Portugal. É preciso dizer ‘de Portugal’, pois que a do Brasil também é portuguesa e José de Alencar hoje está consagrado como escritor correto, por um filólogo do peso de Cândido Jucá Filho.

“Alencar foi para Mário de Andrade o ‘patrono santo da língua brasileira’. Para a época o cearense teve a mesma ousadia do paulista. Nem Gonçalves Dias nem Gonçalves de Magalhães possuíam a inteireza brasileira do grande cearense. Já haviam estudado na Europa, estavam contaminados e Alencar ainda não deixara o Brasil, conhecia o sertão, vivera nele desde menino. Nem Manuel Bandeira nem Alcântara Machado irão tão longe como Mário de Andrade pelos mesmos motivos.

“A língua artificial e caprichada dos diálogos das *Minas de Prata* e o exagero da *Carta pras Icaméias* são outros pontos de aproximação.

“Em *Iracema* é o civilizado vivendo entre índios; em *Macunaíma*, o índio entre os civilizados e um e outro voltando à terra de origem. Em ambos o mesmo desajustamento entre a mentalidade primitiva e a civilizada.

“Foram dignos um do outro, Mário e José, pela seriedade, pela honestidade intelectual, pela erudição, pela nobreza com que exerceram a profissão de escritor” (cf. M. Cavalcanti Proença, *Roteiro de Macunaíma*, Civilização Brasileira, ed. 1969, pp. 47-48).

Continua na próxima edição